



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR
O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2024,
ÀS 19H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT DO PALÁCIO
BARRIGA-VERDE**

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) – Autoridades presentes senhoras e senhores, boa noite, sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, estamos dando início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual André de Oliveira, através da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005/2014, define as diretrizes e metas para a educação nacional no período de dez anos. Esta audiência tem por objetivo debater sobre este Plano, reunindo especialistas, autoridades e a comunidade em geral, para discutir os rumos da educação brasileira para a próxima década, visando assim contribuir para o aprimoramento do Plano Nacional de Educação, debatendo os desafios e oportunidades para a educação no Estado.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, André de Oliveira; o excelentíssimo senhor 3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Marcos da Rosa; a senhora Vereadora da Câmara Municipal de Florianópolis, Manu Vieira; o senhor professor e coordenador de pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), do Rio de Janeiro, Coronel Cláudio Titericz; a senhora delegada da Confederação Nacional de Pais de Alunos, Adriana Marra; o senhor advogado e professor, neste ato, representando a Confederação Nacional de Pais de Alunos, João Alberto da Cunha Filho; e o senhor membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, Gabriel Leite Mendes.

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: o senhor presidente da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina e diretor-geral da Associação Nacional de Educação Domiciliar, Diego do Nascimento Vieira; o senhor professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Rafael Luiz Marques Ary; a senhora assessora parlamentar Paula de Abreu Pereira, neste ato, representando a Deputada Estadual Luciane Carminatti; e a senhora representante da Associação Nacional de Educação Domiciliar, Magda Boeri.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual André de Oliveira, proponente desta audiência pública, para proceder à abertura oficial e presidir os trabalhos.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Boa noite a todos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, estou dando início a esta audiência pública através da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Quero começar dando as minhas boas-vindas a todos que puderam comparecer a esta audiência pública. Gostaria de cumprimentar também a mesa de autoridades, primeiramente, o meu colega Deputado Estadual Marcos da Rosa, é um prazer recebê-lo nesta audiência pública; a minha colega e amiga, Vereadora deste Município de



Florianópolis, Manu Vieira; e aos especialistas que estão nos acompanhando de forma *on-line*, e que terão seu tempo para contribuir nesta audiência pública: Andreia Medrado Serrano; doutora Cássia Maria de Queiroz e o professor Hermes Rodrigues Nery. Além disso, quero cumprimentar os especialistas que se deslocaram de suas casas, de suas cidades, para estarem aqui presencialmente: professora Adriana Marra; Coronel Cláudio Titericz; professor João Alberto da Cunha Filho e professor Gabriel Leite Mendes.

(*Passa a ler.*)

“Cumprimento também as demais autoridades presentes nesta audiência pública, assim como todos os interessados na Educação brasileira e na discussão objeto desta audiência pública aqui no Estado de Santa Catarina, que é o Plano Nacional de Educação, regulamentado pela Lei nº 13.005/2014, que define as diretrizes educacionais para a União, os Estados e os Municípios.

O Plano Nacional de Educação é um plano decenal, válido por dez anos. Neste ano de 2024, completa seus dez anos e precisa ser atualizado. Diante disso, o governo federal iniciou um debate sobre o novo Plano Nacional de Educação e construiu um documento de referência que foi apresentado ao Congresso Nacional para definir os rumos da educação brasileira de 2024 a 2034. Esse documento foi discutido e construído na Conferência Nacional de Educação (Conae), em Brasília, durante os dias 28 a 30 de janeiro de 2024, foi entregue ao Ministro da Educação no dia 5 de março de 2024, e posteriormente discutido em sessão temática no Senado Federal.

Sabemos que o Plano Nacional de Educação definirá inclusive diretrizes para os Estados e Municípios. Diretrizes essas que impactam diretamente a educação dos catarinenses e por isso se faz necessária esta discussão nesta audiência pública.

O Senado Federal avalia atualmente a prorrogação do atual Plano de Educação, o que é uma sinalização positiva, haja vista que este documento de referência, construído pela Conae e pelo governo federal, nos preocupa pelo caráter ideológico, político e doutrinador, retira a autoridade e a liberdade da família sobre a educação dos filhos, aumenta demasiadamente o poder do Estado sobre a educação e cria um sistema de controle social, se utilizando do pretexto de garantir a qualidade educacional.

Alguns exemplos apresentados claramente no documento precisam ser revistos ou debatidos, como, por exemplo: a proibição e limitação das escolas confessionais; a proibição e limitação das escolas cívico-militares; a proibição do *homeschooling*; a retirada da autonomia por parte dos Estados, dos Municípios e da gestão escolar; a criação de uma Secretaria Nacional de Controle Educacional (SNE); tira a liberdade de escolha dos pais e da família; apresenta metas de matrícula para crianças a partir de 11 meses de idade; e a forte presença da teoria de gênero, ideologia de gênero. Enfim, uma politização exagerada.

Vou ler um trecho aqui para vocês compreenderem, que foi retirado na íntegra do documento base da Conae.

‘Parágrafo 266 (...) se faz urgente a contraposição efetiva do estado, nas suas diversas esferas federativas, às políticas e propostas ultra conservadoras, garantindo a desmilitarização das escolas, o freio ao avanço de processos e tentativas de descriminalização da educação domiciliar, o *homeschooling*, as intervenções do movimento Escola Sem Partido e dos diversos grupos que desejam promover o agronegócio por meio da educação.

Parágrafo 265 É necessário garantir que as reformas educacionais não cedam a pressões reducionistas de interesses privados e oriundos de um modelo que enxuga o papel do estado, como as agendas neoliberais (...).’

Claramente o documento produzido é um documento ideológico com viés político marxista, socialista, que clama por mais Estado, mais controle social, mais ideologia e menos liberdade individual, menos liberdade para as famílias e muito menos qualidade na educação.



Organizamos esta audiência pública para debater o Plano Nacional de Educação (PNE). Vamos escutar os especialistas para entender a problemática da questão educacional no Brasil e queremos debater e entender se realmente é do interesse dos catarinenses esse aumento do Estado sobre a liberdade das famílias, principalmente quando se fala da responsabilidade sobre a educação de seus filhos.

Esta presidência dará oportunidade para que todos se manifestem e utilizem da palavra, de forma ordeira e respeitosa. O objetivo é debater o tema e escutar todos, para compreender a vontade dos catarinenses.”

Já deixo aqui a mensagem de que os interessados em falar, em se pronunciar no final desta audiência, podem se inscrever com o nosso time da Assembleia Legislativa do Estado. Portanto, por favor, procurem um servidor da Coordenadoria das Comissões aqui à nossa direita da mesa dos trabalhos.

Na sequência, quero passar a palavra para o meu querido e nobre colega Deputado Marcos da Rosa, a quem agradeço a presença, para que possa fazer os seus cumprimentos e deixar a sua mensagem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARCOS DA ROSA – Boa noite a todos.

Neste primeiro momento quero simplesmente saudar a todos, cumprimentar o Deputado André de Oliveira e parabenizá-lo pela iniciativa de levantar este debate aqui na Assembleia Legislativa. O povo catarinense precisa estar a par do que está sendo discutido sobre o Plano Nacional de Educação, em Brasília, que virá também para o Estado de Santa Catarina e para os Municípios catarinenses.

Lembro que, há dez anos, quando foi discutido o Plano Municipal de Educação, em Blumenau, eu era Vereador e também fazia parte da Mesa Diretora, e enquanto o André aqui estava fazendo o seu arrazoado, eu estava lembrando como nós debatemos naquela oportunidade e como foi bom também naquela vez fazermos uma audiência pública, porque, infelizmente, talvez 80% da população, ou até mais, sequer sabe o que é o Plano Nacional de Educação, que é um Plano decenal, que traça as diretrizes para a educação de todas as crianças, em todas as fases escolares, para todas as pessoas, inclusive até nas universidades – então, precisamos debater. Parabéns, André.

Eu quero cumprimentar também os demais componentes da mesa e dizer que naquela oportunidade, em Blumenau, através de um amplo debate, muita gente não queria debater, na verdade, porque parece que algumas pessoas querem introduzir as suas ideologias às escuras e não querem que a população saiba, mas nós conseguimos, através de algumas emendas, limpar o Plano Municipal de Educação daquilo que nós víamos que era muito prejudicial para as nossas crianças e para a educação como um todo.

O Plano Nacional tem mais de 280 páginas, não sei se alguém aqui já teve o desprazer de ler o projeto na sua íntegra, pouco se fala sobre questões técnicas, mas muito sobre questões ideológicas. Então, reitero, Deputado André, parabéns, eu espero que desta audiência pública saiam pessoas conscientes de que temos que nos envolver cada vez mais, participar de forma efetiva, e não aceitar o que está acontecendo. Mas precisamos participar.

Eu tenho dito que muitas vezes nos fechamos em nossas casas ou em nossas igrejas e não participamos das reuniões das APPs das escolas, dos conselhos, quer seja do Conselho de Educação ou de outra área que... essas ideologias são muito passadas também na área da cultura, por exemplo, e nós não participamos. Nós estamos enxugando gelo, somos muito reativos, quando temos que ser proativos. O que nós temos é bom para a sociedade, nós falamos de educação de qualidade, falamos de desenvolvimento humano, desenvolvimento social, mas isso tem a ver com educação de qualidade e não com esse monte de ideologias que eles querem empurrar, desculpe a expressão, goela abaixo da sociedade brasileira.

Parabéns e obrigado pela participação de todos. No decorrer desta audiência pública, se houver ainda oportunidade, quero falar de algumas outras questões que vejo que são essenciais para limparmos o Plano e quando ele chegar aqui no Estado de



Santa Catarina, para que realmente façamos uma força-tarefa para limpar o Plano Nacional de Educação, porque se nós não reagirmos, a coisa vai ficar feia.

Eu sou pai de três filhos e falo aqui por mim, pela minha família, e pelas pessoas que me colocaram aqui no Parlamento catarinense que nós precisamos reagir, pessoal.

Parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Obrigado, meu querido e nobre colega Deputado Marcos da Rosa.

É muito bom saber que aqui no Parlamento catarinense nós contamos com a presença de muitos Parlamentares que têm essa visão de que precisamos debater a educação com qualidade e livre de ideologia e de doutrinação.

Eu passo a palavra para a minha nobre amiga, a Vereadora Manu Vieira, aqui do Município de Florianópolis, a quem agradeço a presença, para também fazer suas considerações iniciais.

A SRA. VEREADORA MANU VIEIRA (Florianópolis/SC) – Obrigada. Boa noite a todos.

É um prazer estar aqui e peço desculpas, acho que invadi um pouquinho o espaço, pois eu estava com outro compromisso, mas quando vi na agenda da Alesc, e ainda mais um convite vindo do Deputado André, fiz questão de desmarcar tudo e vir aqui, até porque nós também estamos aprovando esse requerimento de minha autoria na Câmara Municipal.

E por que estamos fazendo este debate no Estado e nos Municípios? Porque desde 2014 o Plano Nacional de Educação centraliza o discurso e isso faz com que os Municípios e o Estado percam um pouco de sua autonomia, percam a diferenciação que nós possuímos naturalmente, pois temos culturas diferentes, necessidades diferentes e características diferentes. É importante falar de uma base comum, mas também é importante falar de autonomia para decidir o futuro do seu país, que acontece em cada cidade, assim como em Brasília. Por isso, Brasília precisa ouvir o que os Municípios representam, o que o Estado representa.

O Plano Municipal, assim como o Plano Estadual, é feito baseado nas 10 diretrizes que dali surgiram. O Plano anterior tinha 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias. Segundo uma das poucas representantes que falou no Senado, que não era ligada aos profissionais da educação – que os profissionais da educação são valiosíssimos, muito importantes, mas eles esquecem que a finalidade são as crianças. A finalidade e o bem último da educação é: formar o cidadão para a sociedade. E para isso temos várias estratégias, incluindo a formação e valorização do profissional de Educação, sim, mas principalmente das nossas crianças. Tirar cada vez mais a autonomia da família, para falar sobre isso, é criminoso, ousar falar essa palavra aqui. Mas uma das poucas representantes que não era profissional da educação, a Andressa Pellanda – ela é coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação – porque ainda temos que brigar pelo direito a educar –, ela fala para gente que de 2014 a 2024, 90% das metas do Plano anterior não foram cumpridas, não foram entregues. Por que nós estamos fazendo uma agenda agora de dez metas? Cujas as três primeiras são revogar, revogar, revogar.

Então precisamos, sim, discutir os resultados que temos na educação e nos preocuparmos em entregar resultados antes de implementar uma agenda ideológica. E eu falo isso com muita preocupação, porque eu estou em Florianópolis, gente, um dos poucos Municípios que tem, inclusive, uma política municipal LGBT. Nada contra isso, formar um conselho de curadoria, ter esse apoio junto a tantos outros conselhos, mas que tenha um eixo de educação. Inclusive, abre espaço para discutir gênero dentro das escolas com crianças até a 5ª série. E, sim, precisamos falar sobre isso, porque é um direito da família entender o momento em que a criança se identifica, o momento de sexualidade da criança, é um debate que a gente precisa fazer. Os pais podem e devem se envolver mais com a escola, mas, nós precisamos garantir esse espaço de diálogo. Por isso, acho tão importante esta audiência, André, acho que ela é o começo



de muitas conversas e que nós possamos fazê-la, de uma maneira justa, principalmente com as crianças e com as famílias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Obrigado, Vereadora Manu Vieira.

Passo a palavra ao professor Hermes Rodrigues Nery, especialista em Bioética, da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família e do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto, que fará a sua manifestação de forma virtual, por até dez minutos.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY- Agradeço pelo convite e agradeço ao Deputado pela iniciativa.

Bom, só corrigindo, eu sou coordenador do Movimento Legislação e Vida, e por esse Movimento é que estou participando aqui hoje.

Vou repetir um pouco do que já tenho falado em outros espaços, em outras audiências públicas. O problema maior, nessa questão toda, está na criação do Sistema Nacional de Educação, esse é o x da questão. O Fernando Haddad, quando foi Ministro da Educação, preparou o terreno para isso, influenciado pelas ideias do professor Dermeval Saviani, infelizmente na gestão do governo Bolsonaro a gente perdeu a oportunidade de fazer aquela mudança de paradigma na educação brasileira, houve um momento político forte para isso, mas não ocorreu essa mudança de paradigma. Paradigma esse das diretrizes da educação brasileira quem vem desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. [Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes]

Então quando pegamos aquele documento de 1932, até hoje são aqueles paradigmas que norteiam a educação brasileira. E até hoje a gente perdeu a oportunidade de mudar isso, em 2019 a 2022 nada aconteceu nesse sentido. Não só não fez as mudanças necessárias, começando por desfazer o que o Haddad havia feito como Ministro da Educação, como também se aprovou o Fundeb permanente, garantindo dinheiro para um sistema comprovadamente ineficiente é só ver os dados do Pisa.

E agora, se aprovarem o Sistema Nacional de Educação, o “lulopetismo” imporá as ideologias esquerdistas nas escolas em todos os níveis, com o poder de decisão (*falha na gravação*) o sistema estará totalmente engessado ideologicamente e com o dinheiro que foi aprovado com o Fundeb em caráter permanente, estará engessado ideologicamente, com dinheiro para cooptar, doutrinar e perseguir os que não estiverem alinhados com a agenda da esquerda. É isso o que está acontecendo.

Outro ponto importante dentro deste debate – quando pensamos no futuro da educação brasileira com a implantação desse Sistema Nacional de Educação – é a questão da uniformização total da educação, com o maior adestramento e controle das mentes, cujas ideologias do (*falha na gravação*) minando o senso crítico, a liberdade de pensamento e a criatividade, tornando as pessoas cada vez mais reféns do Estado e dos interesses das grandes fundações e organismos internacionais, ONU e outras mais, que lucram com o controle que fazem, privando as pessoas de sua humanidade.

Esse processo de standardização em nível global, esse processo que já vem se intensificando, só pode acontecer com repressão e castração do pensamento com formas cada vez mais sutis e sofisticadas de totalitarismo e é o que já percebemos que está acontecendo desde 2020, com tudo que aconteceu e com os interesses das grandes fundações e organismos internacionais que lucram com todo esse processo.

Quando falamos na política de universalização do ensino obrigatório, isso remete ao que mencionei no início, está lá indicado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse manifesto, de 1932, logo após a criação do Ministério da Educação, defende uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Isso está lá no manifesto, e é esse o paradigma que perdemos a oportunidade de mudar (*falha na gravação*) e agora é isto que favorece a monopolização política e ideológica do poder,



como explica Fausto Zamboni no seu livro, muito bom, "Contra a Escola". Só que agora nós estamos vendo isso acontecer em nível global. Isso não é só no Brasil que está avançando desta forma no campo educacional e em outras áreas, mas no mundo todo. Os governos de esquerda estão mais comprometidos com essa agenda, a agenda do poder global.

Zamboni, ainda diz que: a obrigatoriedade à instrução é uma restrição da liberdade, que poderia ser contrabalançada com a garantia de liberdade no campo educativo. A história da escolarização compulsória sempre foi, de degrau em degrau, rumo à crescente limitação dos direitos. Primeiro a instrução obrigatória e em seguida a escolarização obrigatória, logo depois o controle e a regulamentação das escolas pelo Estado, depois a uniformização do currículo, definindo desde cima pelo Estado, de modo que já não há nem mesmo a possibilidade de modelos educacionais alternativos, e é o que eles querem com esse processo em curso.

Então sendo aprovado, como eles querem, com isso haverá perda da autonomia curricular e da autonomia financeira e pedagógica dos Estados e Municípios, com esse Plano Nacional de Educação que eles querem aprovar, e também das escolas particulares, que estarão cada vez mais reféns da uniformização do currículo imposto pelo Estado.

Assim, estamos vendo a oposição do governo, como estamos acompanhando, cada vez mais num crescente modelo alternativos como o *homeschooling*, que tem sido alvo deles, por exemplo, e outros. E ainda sobre isso, sabemos que as ações políticas para a padronização internacional dos currículos são implementadas já há algumas décadas pelos organismos internacionais, aqui no Brasil, por exemplo, vimos isso já começar a acontecer no período do regime militar com o pacto MEC-Usaid, sob o patrocínio de David Rockefeller, em que foram feitos acordos internacionais para a modernização da educação, reformando currículos em nome de uma escola utilitária.

Sobre a uniformização dos currículos, temos vários estudos acadêmicos de tendências diversas que falam disso. É importante ressaltar que temos um recorte temporal, período que vem desde a Segunda Guerra Mundial, destacando a mudança de paradigma dos currículos escolares, que nesse momento passaram a ser guiados em direção, em todo o mundo, da construção de uma identidade global e depois das grandes Conferências Internacionais da ONU dos anos 1990, aí saiu de lá a agenda 2021 e agora a agenda 2030 vai consolidando esta construção de uma identidade global com base nestas ideologias que formam a agenda do globalismo.

Ainda se pergunta (*falha na gravação*) centralizado, sim, esse é o objetivo, a sovietação do sistema educacional, excessivamente burocrático e centralizado. É isso que eles querem.

Então, só para lembrar, no Brasil a gente teve na LDB de 1962 um sistema descentralizado, naquela LDB organizada por Anísio Teixeira, previa-se autonomia para os Municípios e as escolas, mas o processo de burocratização crescente e centralização começou depois do regime militar, com a redemocratização, quando teve a nova LDB em 1995, com o Paulo Renato Souza, mas foi na gestão (*falha na gravação*) Nacional de Educação como eles querem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Professor Hermes, nós chegamos no tempo de dez minutos, então concedo mais um minuto para a sua conclusão.

O SR. HERMES RODRIGUES NERY – Bom, então eu deixo esses apontamentos. Teria muito mais para falar sobre outros aspectos, mas a preocupação é com esta questão do Sistema Nacional Único de Educação, da crescente burocratização e da crescente centralização e teria muito mais para [acrescentar] sobre esse Sistema Nacional de Educação, como, por exemplo, as restrições que vão afetar as escolas confessionais, as crianças e os jovens que estarão mais expostos a conteúdos curriculares controversos e francamente nocivos, como ideologia de gênero, sexualização, ateísmo militante, feminismo radical, entre outros. Vimos isso durante os



debates da Conferência Nacional de Educação (Conae), vimos que o documento discutido estava impregnado...

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Agradeço ao professor Hermes Rodrigues Nery pela contribuição.

Passo a palavra à professora Andreia Medrado Serrano, que é consultora, professora e conselheira educacional da Ide e Ensinai a Todos, que fará a sua manifestação de forma virtual, por até dez minutos.

A SR. ANDREIA MEDRADO SERRANO – Boa noite.

Muito obrigada, Deputado André de Oliveira, agradeço também a esta Casa Legislativa pelo convite e pelo bem que se faz em realizar uma audiência desta magnitude e com esta temática. Em razão de uma necessidade urgente de se debater a liberdade educacional é que essas audiências devem ser feitas. A audiência pública pressupõe a participação popular exatamente porque urge um determinado tema, e neste momento o tema urgente é a liberdade educacional.

Contanto que estejamos falando aqui do Plano Nacional de Educação, ele tem uma história e uma estrutura que revelam uma intenção tirânica com relação à educação nacional. De toda forma, hoje meu intuito é falar sobre o articulador, o idealizador desta estrutura, que é o pedagogo e filósofo Dermeval Saviani, que é um dos principais teóricos educacionais do Brasil, com enormes contribuições para a teoria e para a academia da docência brasileira. Ele deveria ser ainda mais conhecido, e por quê? Porque parte da estrutura legislativa educacional no Brasil faz referência às suas teorias e ideias. O Saviani é um dos fundadores da Pedagogia Histórico-Crítica, que comanda a Pedagogia, a docência brasileira.

Então, parte de toda a estrutura do Sistema Nacional de Educação que deve ser, de acordo com a lei, articulado pelo Plano Nacional de Educação, baseia-se nas ideias e teorias de Dermeval Saviani, além de toda a estrutura da Conferência Nacional de Educação, que também está sob a tutela dos ideais de Saviani. É por isso que quando formos falar sobre o Sistema Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação, só fará sentido se antes nós entendermos qual é a fundamentação teórica dessas estruturas e a fundamentação teórica dessas estruturas está em Dermeval Saviani.

A Pedagogia Histórico-Crítica, defendida e fundamentada por Dermeval Saviani, baseia-se no materialismo histórico e dialético, e ela propõe que a educação seja um instrumento de transformação social baseado nessa teoria marxista, e que a educação, na verdade, deve refletir e contribuir para a revolução. E isso não é nada diferente, porque a práxis marxista é revolucionária.

Então, Saviani argumenta que a educação deve ser vista como uma prática social, mas que leve à transformação da história na sociedade. Para que isso aconteça é preciso que o próprio currículo seja reformulado deixando de ser um instrumento meramente pedagógico para se tornar um instrumento de luta e revolução. A própria escola deve ser um ambiente (*falha na gravação*) alguns revisionistas marxistas já falavam isso, Louis Althusser e Pierre Bourdieu, e deixam muito claro qual é a posição e qual é função da escola.

É importante fazer esta introdução sobre Dermeval Saviani por quê? Porque todo o propósito do Sistema Nacional de Educação (SNE) consiste na implementação de um sistema único. E esse sistema único ele já está sendo elaborado por um projeto de lei, que está em tramitação no Congresso Nacional, foi votado e está aguardando apenas uma deliberação de votação na Câmara dos Deputados. Só que em paralelo a este projeto de lei nós temos então o texto base da Conferência Nacional de Educação (*falha na gravação*) e ele tem traços tirânicos, tem traços totalmente ideológicos, e óbvio, ele tem traços revanchistas. Esse texto revanchista foi criado por um grupo de militantes que criaram um texto para atacar os seus desafetos políticos e ideológicos. Muito bem, isto é uma coisa.



Toda a estrutura filosófica que sustenta esse projeto, essa ideia de Sistema Nacional de Educação, vem de Dermeval Saviani. Uma coisa importante, o professor Hermes falou isso também, a própria ideia de Sistema Nacional de Educação além de ser frágil, ela não tem substrato, ela não tem tradição na Pedagogia brasileira, essa ideia foi instaurada e enfiada goela abaixo na nossa Constituição de maneira completamente sem diálogo e sem participação da sociedade em que tratava sobre investimento. O Fernando Haddad, criou nessa emenda o Sistema Nacional de Educação na Constituição.

Como tudo que vem dos governos tiranos nada é dialogado, e quando se faz algum diálogo já é com os próprios parceiros, que fingem representar a sociedade civil. Mas de toda forma o que acontece? A proposta que agora está na Constituição trata do quê? Ela trata da unificação da educação no Brasil. E o que Saviani defende? Primeiro ele defende que para se falar em Sistema de Ensino, isso só pode ser público, para falar em Sistema de Educação tem que ser público. Além disso é preciso que não se deixe mais os Municípios (*falha na gravação*) os Estados e Municípios devem estar sob a tutela da União na confecção dos planos de educação, os Estados e Municípios devem se subordinar a essas diretrizes que a União vai fazer. Ora, isso poderia ser muito bom se não fosse o fato de que cada lugar, cada Município, cada escola, cada ente federativo tem uma particularidade pedagógica, tem uma necessidade pedagógica.

Para que se consiga fazer no Brasil uma junção, uma unificação de um sistema de ensino, vejam, teria muitas coisas a mudar, e uma delas seria a concepção pedagógica. Se você vai unificar, centralizar todo o sistema educacional – para Saviani a única forma de se fazer isso é unificando também a concepção pedagógica. Ora, mais uma vez ele vai contra a própria Constituição, ele vai contra a própria LDB, que preconiza o quê? Pluralidade de concepções pedagógicas no ensino. Claro, gente, isso é óbvio. Se nós estamos ensinando pessoas de diversas concepções, as concepções pedagógicas não podem ser uma única concepção pedagógica. Obviamente, o grande problema do Sistema Nacional de Educação é: unificando essa concepção pedagógica é unificar todo o resto, porque o currículo é unificado, a avaliação ou o *output*, como chamam os economistas da educação, é uma avaliação unificada, ou seja, acaba-se por completo toda a liberdade de ensino que se tem neste país. Tudo é abordado de forma engessada e centralizada, ou seja, não precisa sair de uma escola para outra, porque é totalmente igual todas as escolas estarão subordinadas a um sistema único de ensino e ele vai na naquilo que é mais caro a cada uma das pessoas que é o quê? A própria liberdade de se ensinar. E só se ensina verdadeiramente na liberdade, quando não se tem liberdade, quando se tem uma tirania educacional, não existe educação, existe adiestramento. Se nós prezamos pela liberdade, pela verdade, precisamos dizer não ao Sistema Nacional de Educação. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

Eu agradeço ao Deputado, mais uma vez, pelo convite e a todos pela paciência em me ouvir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Muito obrigado pela contribuição, professora Andreia Medrado.

Passo a palavra ao senhor João Alberto da Cunha Filho, advogado, professor e jornalista, neste ato representando a Confederação Nacional de Pais de Alunos (Confenapais), por até quinze minutos.

O SR. JOÃO ALBERTO DA CUNHA FILHO – Quero pedir a compreensão de todos e a permissão aqui do Deputado para fazer a minha fala daqui, porque eu trouxe um material e se eu colocá-lo no púlpito pode ser que não dê certo e até quebrá-lo, talvez. Não marca o tempo ainda, Deputado, porque esse *mix* de jornalista, advogado, professor e pastor é um vício de fala muito grande.



Primeiro, quero agradecer a iniciativa e dizer que é muito salutar e fazer um convite a vocês: que esta audiência pública não termine hoje, que cada um de vocês se envolva nesse processo. E a minha fala, eu digo que é importante dizer, é a minha fala.

Eu, a Adriana e outros colegas estivemos na Conae 2024, em Brasília, e eu digo a vocês que não existe processo ou sistema de educação no nosso país, não existe! O que nós temos é um plano de subversão que já foi descrito e escrito há muito tempo, um rapaz chamado Yuri Alexandrovich Bezmenov, que eu recomendo a literatura. E que nesse começo ele diz, no próprio índice da sua literatura, que quando você quiser destruir uma nação ou inverter a cultura, você vai seguir quatro passos. Esses passos são: a desmoralização de uma nação, a desestabilização de uma nação, a crise e depois você normaliza. Isso está escrito há muito tempo, há décadas. A primeira fase é: desmoralização – veja se há alguma relação com o que nós vivemos no passado e estamos vivendo agora – que é o desvirtuamento da religião, a corrupção da educação, o desarranjo da vida social, a desarticulação e o discreto da lei e da ordem e o desajuste das relações trabalhistas. A segunda fase é: a desestabilização da economia, da lei, da ordem pública e a função desestabilizadora da mídia. A terceira fase é: a crise. A quarta é: a normalização. Eu creio que nós estamos no *mix* de fases.

O Brasil, não tem sistema de educação de ensino-aprendizagem. Aprendi muito com a professora Andreia Medrado e com o professor Nery também. Eu acho que se nos envolvemos nisso a culpa foi da professora Andreia Medrado, porque ela quem nos alertou sobre isso.

Mas deixe-me dizer algo a vocês: existe um cidadão chamado Paulo Freire, lamentavelmente ele é nordestino, como eu, e neste seu livro (*mostra o livro “Pedagogia do Oprimido”*)... Primeiro ele não é pedagogo, este livro é um anátema, é algo repulsivo, ele atenta contra três coisas: contra a família, contra a educação e contra a igreja. E quando eu falo de igreja, eu falo de cosmovisão cristã, não estou defendendo nem placa de igreja, nem fazendo proselitismo religioso. Eu estou dizendo que esse homem aqui, que não é pedagogo, na sua literatura, seja a “Pedagogia do Oprimido” ou a outra literatura que ele tem, não se reporta a processo pedagógico. Estou falando como professor de ensino-aprendizagem, sistemas, seja ele silábico, fonético, não existe. O que existia como corrente pedagógica, podemos citar aqui a escola tradicional, a escola nova, depois nós temos uma pedagogia libertadora e a crítico-social, que foi falado pela professora Andreia Medrado. E o que é essa Pedagogia Crítico-Social? Não é pedagogia, acabou, não é. Ela traz o fenômeno do desconstrucionismo, do Derrida, para dizer, por exemplo, que a bíblia não é um livro de referência, é só um livro machista e violento. É a desconstrução. É você reformular; é você num processo de subversão destruir uma cultura, através do processo pseudo-educacional; é trazer à baila o relativismo, o niilismo, onde tudo é permitido, tudo pode. E hoje a pessoa nasce, mas amanhã ela quer ser um gato, um cachorro, uma árvore, uma samambaia ou ela pode ser alguma coisa ao longo da semana. É jocoso, mas é imoral, é aéctico, é transumano, é violentar valores que nós sustentamos dentro de um viés ideológico conservador, aquilo que ao longo de séculos e milênios foi construído pelas pessoas e que as pessoas entendem que é o certo, o correto e justo, é isso que é o direito.

Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale: fato, valor, norma. A vida é um direito? Claro, nós concordamos com a vida. Então, nós, quando olhamos para o aborto entendemos que ele não deve existir, esse é o fato do aborto, que nós entendemos que não é bom, é um valor axiológico, então a norma proíbe. Mas, aí você tem, por exemplo, o Ministério da Saúde na Resolução 715, de novembro de 2023, a partir do anexo 2, do ponto 40 em diante, em que ele diz que o Ministério da Saúde precisa: fomentar o aborto, a liberação da maconha, a transexualização a partir dos 14 anos, colocar os terreiros de umbanda como porta de acesso ao SUS e combate ao patriarcado. Aí você deve estar dizendo, esse cara é maluco, está falando de saúde. Não, estou falando de um processo de subversão de uma nação que está na educação,



na saúde, na segurança e em todos os outros ramos em que nós estamos envolvidos em todos.

Mas voltando aqui para a educação, eu queria dizer que dentre essas falas do Paulo Freire, na sua literatura, algumas merecem realmente um destaque. Por exemplo, ele diz assim: o medo, “daí que, enquanto os oprimidos sejam mais o opressor dentro deles que eles mesmos (...).

Seu medo natural, à liberdade, deve levá-los à denúncia, não da realidade opressora, mas da liderança revolucionária. Isso aqui (*mostra o livro*), está neste livro, não fala de pedagogia, fala de revolução. E ele chega a dizer, inclusive, que é algo terrível – esse homem era amante de um cidadão chamado Che Guevara, que eu dispenso até os comentários sobre essa figura funesta –: A revolução é biófila, ela é criadora da vida ainda que para criá-la seja obrigada a deter vidas que proíbem a vida, legaliza homicídios. Essa é a pedagogia que nós queremos para os nossos filhos, para os nossos netos? Esse homem pôde alguma vez na vida ser patrono de alguma educação? Eu acho que ele é formado em ciências ocultas e letras apagadas, porque ele não tem envergadura moral para falar sobre educação, porque ele não é um pedagogo.

E aqui nós temos algumas siglas que são importantes. O que é o MEC? O MEC era Ministério da Educação e Cultura, mas não é cultura, agora, é só educação, mas continua sendo o MEC. Ou seja, do besta ele já é errado. O MEC, através desse Ministério, grande Ministério, inchado Ministério que é a maior forma de subversão dentro da República Federativa do Brasil, porque você vai formar militantes de esquerda subversivos a partir do Ensino Fundamental, do Ensino Infantil. Daí a necessidade de uma boa escolha de Prefeitos e Vereadores, porque o artigo 30, da Constituição, diz que: educação infantil, Ensino Fundamental, a responsabilidade é dos Prefeitos. Mas é isso que esse texto de referência quer exatamente retirar, tirar autonomia dos Prefeitos e dos Governadores para federalizar. Mas o MEC constitui o Fórum Nacional da Educação e esse fórum constitui as Conferências Nacional, eles organizam as Conferências Nacional de Educação que debatem o Plano Nacional de Educação (PNE) 2024, 2034. Mas quem redige esse Plano? Quando nós participamos da Conae, nós recebemos esse material com 179 laudas e depois foi atualizado na semana que nós iríamos para Brasília para mais de 200 laudas, 282. Aí eu lhe pergunto, quem redigiu professores, pedagogos? Não. Foi o MST, a CUT, a UNE, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Veja, eu não tenho nada contra ninguém, tudo é lícito, mas nem tudo me convém. Se você tiver o mínimo de razoabilidade e se você não tiver nenhum traço de dissonância subjetiva, você acha que o MST pode falar sobre educação?

Gente, a questão é muito simples, é uma aberração tão grande que, para explicar, às vezes dá dificuldade e ainda dá vergonha, porque quem escreveu isso entre eles foi o MST. Dentro do que foi escrito, primeiro ponto, primeira folha, primeira lauda: Eixo 1, Plano Nacional de Educação (PNE), como articulador do Sistema Nacional de Educação. Isso aqui não foi nem votado, mas eles já fizeram um sistema educacional, um Sistema Nacional de Educação, porque eles sabem quem está no poder. Então eles sabem que aqui vai ser uma casadinha da ideologia, da “esquerdopatia” e de um processo de subversão. Então ele já fala aqui desse projeto, que já está tramitando, que já passou pelo Senado e agora vai para o Congresso, mas esse aqui ainda não foi.

Vejam como as coisas são meticulosas. Plano Nacional de Educação (PNE) como articulador do Sistema Nacional de Educação (SNE). Sua vinculação aos planos decenais, estaduais, distrital e municipal de educação em prol das ações integrativas, intersetoriais em regime de colaboração interfederativa. Geralmente essas falas são assim você lê muito e entende muito pouco, porque é difícil você entender, é um trocadilho para no final dizer assim: nós vamos federalizar, vamos impor e vamos doutrinar seus filhos e seus netos.



No ponto 266, que o Deputado leu, hoje na página 59 diz: na mesma linha se faz urgente a contraposição efetiva do Estado, nas suas diversas esferas federativas, as políticas e propostas ultraconservadoras e a multipossibilidade interpretativa ou pedagógica – que a professora Andreia Medrado falou que está no artigo 206, inciso da Constituição Federal. É um combate, você se sente conservador? Eu venho lá de João Pessoa, na Paraíba, sinto na pele o que é uma gestão “esquerdopata” e digo: sou conservador até o talo e Deus há de prover que eu morra dessa maneira. Rapaz, glória desse jeito. Mas aqui está dizendo que o meu neto, que tem 1 ano e 6 meses, vai sofrer combate de uma ideia ultraconservadora, mas como, se o avô dele é ultraconservador? A Constituição Federal, no seu artigo 205, diz que é prerrogativa do Estado e da família a educação. Nós conseguiríamos construir uma universidade federal, construir com recurso, com dinheiro? Não, porque o Estado ele não gera receita, ele gasta a nossa. A família contribui, o Estado constrói, mas quem educa é pai e filho, porque vivemos dentro de uma cosmovisão cristã, seja católica ou evangélica. Mas quem disse isso? Há dois milênios que dizem isso, Santo Agostinho pregou sobre isso, São Tomás de Aquino pregou sobre isso, a Santa Igreja Católica Apostólica Romana defende isso há muito tempo, com sangue, inclusive, os evangélicos defendem isso também, aqueles evangélicos de verdade, os protestantes de verdade.

Então volta para a teoria tridimensional do direito, fato, valor, norma... eu não quero revolucionários, isso é um fato. A isso eu dou, um valor. Não quero, e a norma tem que negar isso aqui, porque a norma nos rege, nós somos a maioria. E ele segue dizendo: garantindo a desmilitarização das escolas - foi votado em São Paulo, vai ter escola militar, sim. E aqui já é um conflito, porque se isso for aprovado, viola a lei constitucional, porque a norma de regência é superior e a de vocês é estadual, está tudo milimetricamente calculado.

Freio ao avanço dos processos e tentativas de descriminalizar o *homeschooling*. Queridos, o *homeschooling* é algo que passou pelo Supremo Tribunal Federal. Nós temos aqui um acórdão que fala sobre isso. E neste acórdão... por que você está fazendo isso? Esse cabra é meio doido. Sou, graças a Deus. Mas, porque às vezes as pessoas dizem: não, são fascistas, ele está ali conversando. Eu estou com o fundamento aqui, eu estou com um acórdão que foi publicado - se você quiser debater, eu tenho até sábado, fico aqui, não gosto nem de dormir para a gente debater sobre isso - e o Supremo Tribunal Federal diz: sabe por que ele não tem *homeschooling*? Porque não tem lei. Incrível, querem lei até para obrigar a gente a fazer inoculações, mas ainda não existe lei para que o pai e a mãe eduquem o seu próprio filho. Por quê? Porque no Estado subversivo quem tem que educar os filhos é o Estado, porque no Estado subversivo não existe Deus, o Deus é o próprio Estado. E aqui ele diz: o acórdão é dever da família, sociedade e Estado de assegurar criança adolescente, jovem, com absoluta prioridade. A educação e a Constituição Federal consagraram o dever de solidariedade entre a família e o Estado, como núcleo principal de formação educacional das crianças e a sua formação em cidadania para que o Brasil possa vencer o desafio de uma educação melhor para as novas gerações, imprescindível para os países que querem ser desenvolvidos, mas hoje ainda é proibido, o *homeschooling*.

Continuando, para o encerramento da minha fala, essa estrutura formada da Conae de referência para fazer um Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos vai encontrar um reforço no Sistema Nacional de Educação, no qual vai tirar a possibilidade de mais de 5.500 Prefeitos, de mais de 5.500 Secretários de Educação, de mais de 20 Governadores e de mais de 6 Secretários de gerirem a educação. Vai federalizar e vai fazer com que o gestor federal escolha alguns através das comissões tripartites e bipartites para fazer essa maleabilidade com a educação dentro desse prisma, vejam o problema.

E qual é o grande outro problema? Esse texto da Conae que deveria ter sido debatido em todos os Municípios do nosso país ou na sua grande maioria – e quem está dizendo isso não sou eu é o próprio regulamento da Conae que está aqui na minha



mão, quando diz no seu parágrafo 2º, do artigo 1º, que as Conferências Nacional, Estaduais e Distrital são promovidas pelo Estado com apoio técnico da União em todos os Municípios. Na Bahia e Minas Gerais, menos de 1% dos Municípios tiveram Conae, menos de 1%. Um texto feito pelo MST discutido por grandes colégios eleitorais, como Bahia e Minas Gerais, nem 1% dos Municípios debateram sobre isso. E você acha que ainda há processo democrático no ensino-aprendizagem? Ensino é processo pedagógico. E aqui você tem uma infração clara e evidente, princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência. Não tem, não tem publicidade, menos de 1%, Bahia e Minas Gerais. Princípio da eficiência, como se as pessoas não souberam?

Desvio de finalidade administrativa – esse material aqui é o que aconteceu na Conae, isso aqui é tudo o que aconteceu, dia após dia, os colóquios, etc.

Deixa eu só citar para vocês, rapidamente, o que eles estavam passando para lá. Aí você, subjetivamente, imagine se isso é processo educacional, pedagógico ou não. Aqui a escola pública é do campo, das águas, das florestas, depois ele fala sobre a inclusão da população LGBTQIAPNB+ no currículo escolar, conselhos municipais de controle social, educação escolar indígena, autonomia curricular e gestão de saberes ancestrais nas costas das escolas. Gente, é incompreensível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Doutor João, o senhor tem mais um minuto para concluir.

O SR. JOÃO ALBERTO DA CUNHA FILHO – Pois não.

É incompreensível porque não há processo de ensino-aprendizagem, o que existe aqui é um processo de subversão. Por isso, que Olavo de Carvalho ensinava que há sistemas que você não pode mudar, você tem que fazer outro, porque esse não funciona. Então nós temos a necessidade de identificar o que está acontecendo, mas precisamos entender que devemos fazer uma mudança total e completa no sistema. Falaremos aqui com maestria, muito melhor do que eu, doutora Adriana Marra, doutora Cássia, que vai falar sobre PNE, SNE, etc., mas eu queria que você entendesse que esta audiência pública não pode terminar aqui. Você é responsável por isso. Tiago, no capítulo 4, versículo 17, diz: “Quem sabe que deve fazer o bem, e não o faz, comete pecado”. Precisamos sair da omissão. Eu vivo em uma região que já foi embebecida por esse mal e nós lá estamos tentando reverter isso. É uma luta, mas precisamos reverter.

Gostaria mais uma vez de agradecer por esta audiência pública, agradecer ao Guto também, que nos ajudou demais aqui, ao nobre Deputado que está apoiando, em especial a vocês que estão aqui hoje, e todos que estão nos assistindo.

Faremos uma prospecção, vamos nos unir, seja em grupo de WhatsApp, seja em rede social, seja em novas audiências, seja em *podcast*, mas precisamos nos unir. O homem não tem que ter medo da morte, o homem tem que ter medo da desonra. Deus abençoe vocês hoje e sempre. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Quero agradecer pela ótima contribuição, doutor João Alberto.

Passo a palavra à doutora Cássia Maria de Queiroz, historiadora, professora, que fará a sua manifestação de forma virtual, pelo tempo de até dez minutos. [*Transcrição e Leitura: Grazielle da Silva*]

A SRA. CÁSSIA MARIA DE QUEIROZ – Boa noite, Santa Catarina e Florianópolis.

Obrigada, Deputado, e parabéns por abraçar essa causa e fazer esta audiência, que é extremamente importante para fazermos este alerta sobre o que está acontecendo.

Eu trago aqui a questão que o doutor João Alberto já falou e os outros colegas que me antecederam também, que é sobre o Sistema Nacional de Educação.

As pessoas às vezes fazem uma confusão e eu tenho percebido muito isso, uma confusão entre PNE e SNE. Claro, é uma sopa de letrinhas: Conae, SNE, PNE e por aí vai. Mas o que é importante entender sobre o Sistema Nacional de Educação? Primeiro,



ele já foi colocado, desde 2009, no artigo nº 214 da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 59, pelo senhor Haddad. Bom, desde 2009 o Sistema Nacional de Educação figura na Constituição Federal, então ele é constitucional. Só que, desde 2014, ele está dentro do PNE no Eixo 1. Então o Plano Nacional de Educação de 2014-2024, que vence agora, ele está lá presente, o desenho dele é bem diferente do desenho que se propõe agora.

Em 2019, o Senador Flávio Arns pega e ignora o PNE de 2014, o modelo proposto pelo PNE do SNE, e faz um outro modelo, o PLP 235/2019, que é por meio de duas instâncias permanentes, lá no PNE de 2014 é só uma instância de negociação e cooperação entre os entes federados. Mas agora, em 2019, ele muda o modelo e faz com um grupo de quinze pessoas, como ele mesmo disse que foram apenas quinze pessoas que construíram esse modelo, no qual são duas instâncias permanentes de pactuação federativa.

Eu quero, senhores, colocar uma questão muito interessante aqui. O que é uma pactuação federativa? As pessoas não se dão conta do perigo das palavras e é como o doutor João Alberto disse, o Bezmenov, que todo o uso da palavra, de letras, de siglas, é para confundir. Mas as pessoas não entendem que pactuação federativa significa que se impõem deveres jurídicos, inclusive com sanções (*falha na gravação*) envolvidas, ou órgãos envolvidos, não cumpram aquela pactuação. Entendem a gravidade do problema. Quando o Senador Flávio Arns propõe isso no PLP 235, esse modelo de Sistema Nacional de Educação, ele simplesmente está dizendo caso não cumprirem vocês podem até ser presos. E quando eu digo presos, eu estou falando de Prefeitos, Governadores, estou falando dos responsáveis pelos entes federados, podem ser Secretários de Educação, e pode ser, por exemplo, um diretor de uma escola que discorde de um livro de cunho sexual, pornográfico, que o MEC, por exemplo, envia para as escolas. Se um diretor, como aquela diretora fez com aquele livro: “O Averso do Corpo”, se levantar casos (*falha na gravação*) Sistema Nacional, o diretor dizer: olha, este livro, de cunho pornográfico, não vai entrar na minha escola. Ele pode sofrer sanções, tanto administrativas como cíveis e penais. Por quê? Por causa da pactuação federativa que está desenhada aqui no PLP 235. Mas ele não está só no PLP 235/2019, esse modelo do Sistema Nacional, hoje, figura na proposta do novo PNE 2024 a 2034, está lá no Eixo 1 desenhado. E eu vou mostrar para vocês, está lá nos artigos nº 38, nº 108, nº 177 e nº 1.142 do documento base final da Conae 2024, na proposta do novo PNE, que é o seguinte: ao processo de consolidação do Sistema Nacional de Educação, deve-se articular processos de responsabilização com sanções administrativas, cíveis e penais, no caso de descumprimento dos dispositivos legais determinados. Já que estarão bem delimitadas e pactuadas as competências, os recursos e as responsabilidades de cada ente federado.

Meus caros, isso significa que os Municípios, os Estados e o Distrito vão perder a sua autonomia totalmente, porque quem vai ditar as regras é o Sistema Nacional de Educação. Mas como é que ele vai fazer isso? Como os Estados vão estar submetidos ao Sistema Nacional de Educação? Pois no artigo 27 (*falha na gravação*) são instrumentos do Sistema Nacional de Educação: os consórcios, os convênios, os acordos de cooperação técnica e outras formas de associação federativa prevista em lei. Isso significa que os Estados e Municípios não poderão mais fazer uma portaria, um decreto, não podem criar uma escola, uma creche, se não passar pelo crivo dessas duas instâncias permanentes de pactuação federativa. Todos os Municípios e Estados, deverão estar subordinados ao novo Sistema Nacional de Educação. E somente o Sistema Nacional de Educação, representado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, poderão fazer agora, portarias, decretos, etc. e tal.

Eu quero só chamar a atenção, Deputado, para uma questão sobre isso, que está dentro do PLP 235/2019, no Eixo 1 da proposta para o novo PNE. Todas essas duas instâncias, bipartite e a tripartite, que são representadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, são representadas por cinco pessoas cada uma, no total quinze



pessoas. Esse modelo está no sentido contrário ao que reza a Constituição Federal, nos seus artigos 29 e 30. Esses artigos versam sobre a autonomia dos Municípios em suas quatro capacidades: a primeira é a de auto-organização, que envolve a própria Lei Orgânica do Município; a segunda é a do autogoverno, que se refere a Prefeitos, Vices e Vereadores; a terceira é a da autolegislação, que permite legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a legislação concorrente com a União e com os Estados; a quarta é a de administração que abrange a organização e a prestação de serviços públicos de interesse social, incluindo a criação de escolas e creches por meio de decretos e portarias. Segundo esse modelo de Sistema Nacional de Educação, isso não será mais possível.

Além disso, vejam bem como será uma das formas de penalizar. Vamos supor que a União entenda que um dos seus mais de 5.500 Municípios, resolva não cumprir essa pactuação. A União por meio das suas duas instâncias permanentes de pactuação federativa, identificará esse descumprimento. A Acib, estará monitorando juntamente com os conselhos, com os seus arcabouços e seus mecanismos de controle social, e irão verificar e apontar que o Município tal de determinada região não está cumprindo. Não, não tem problema, não. Está previsto no parágrafo 2º, do artigo 15, do PLP, do Senador Flávio Arns, que os repasses financeiros poderão ser suspensos caso a União identifique o descumprimento das contrapartidas fixadas pela CIT. Quem descumprir os repasses serão suspensos. Só poderá receber novamente se ele cumprir. Por exemplo, o quê? Uma ordem, por exemplo, de não ter ideologia de gênero nas escolas. Ou, por exemplo, de não ter linguagem neutra.

Então, meus caros, o que estou dizendo aqui é seríssimo, porque esse modelo do Sistema Nacional de Educação está agora no Congresso Nacional para ser votado em regime de urgência. Caso esse modelo passe todo o PNE que vocês estão discutindo agora, que estão pensando em remodelar e repensar, não será mais possível, porque se o modelo do Sistema Nacional de Educação passar, ele vai puxar todo o PNE integralmente.

Então, por favor, em primeiro lugar, Deputado, nós precisamos barrar o Sistema Nacional de Educação (*falha na gravação*) que é o modelo 109/2023, que mantém a autonomia dos Municípios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Obrigada, doutora Cássia Maria de Queiroz, pela contribuição muito importante.

Passo a palavra para a doutora Adriana Marra, aqui representando, como delegada, a Confederação Nacional de Pais de Alunos (Confenapais), pelo tempo de até quinze minutos.

A SRA. ADRIANA MARRA – Boa noite.

Agradeço a oportunidade desta audiência pública. Nós estamos tratando de um tema seriíssimo, caso seja aprovado, comprometerá o futuro do nosso país, o futuro dos nossos filhos. Agradeço ao Guto Kuerten também, que ajudou na organização de tudo isso.

A professora Cássia acabou de falar sobre isso. Caso o SNE seja aprovado, a educação do país será pautada por quinze pessoas, e essas comissões serão integradas por membros do MST, da CUT, dos movimentos de diversidades, da UNE, da Ubes e de outros grupos afinados. Ou seja, nenhum especialista das Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, ou Parlamentares do Poder Legislativo, perderão totalmente a competência que tem, e que hoje é prevista pela Constituição Federal, de legislar sobre a educação. Quem melhor do que um Vereador para propor medidas sobre uma determinada escola, uma determinada região? Eu moro em Belo Horizonte. Os problemas que temos em relação à educação municipal lá são completamente diferentes dos de uma cidade no Amazonas ou de uma cidade daqui de Santa Catarina. Então o Vereador tem esse olhar próximo do problema, eles não poderão propor mais nenhum tipo de lei, porque tudo estará nas mãos dessas entidades.



Eu assisti na Conae o Eixo 4, que falava sobre o controle social e a estratégia de educação. Escolhi pessoalmente esse tema porque faço mestrado em Psicologia Social e meu tema de estudo é o controle social. Em primeiro lugar, quero definir o que é controle social, porque à esquerda, como um todo, utiliza como uma ferramenta de manipulação persuasiva à dialética da linguagem. Eles dizem que algo significa uma coisa, mas na verdade significa o oposto.

De acordo com o que foi posto na Conae, controle social significa o braço da sociedade no Estado, ou seja, como se a sociedade estivesse controlando o Estado. Mas, na verdade, não é isso, é exatamente o oposto: é o Estado controlando tudo o que a sociedade faz. E isso se aplica à educação.

Como eles pretendem implementar esse Sistema Nacional de Educação, que a professora Andreia Medrado mencionou, assim como a professora Cássia e o doutor João Alberto? Eles querem criar milhares de conselhos de educação no país inteiro. Esses conselheiros, que farão parte desses conselhos, ficarão com a função de fiscalizar escola a escola e vão relatar a conduta dessas escolas para a comissão do SNE.

Por exemplo, se definirem que toda escola deve adotar a linguagem neutra, todos terão que cumprir. Não haverá mais legislação competente em âmbito municipal ou estadual, todas as escolas terão que integrar a linguagem neutra. Quando chega um conselheiro e identifica que determinada escola não está trabalhando com a linguagem neutra, ele notificará e relatará ao SNE. E como prevê, e a professora Cássia mencionou especificamente os itens, eles avaliarão as sanções cabíveis, sejam criminais, civis ou administrativas. Administrativas, aquela escola ou aquele Município deixará de receber verba da União.

Então, o problema é gravíssimo. Eles já sinalizaram, inclusive, Deputados e Vereadora – também aqui nesta revista (*mostra a revista*) fizemos uma sinopse desse documento que acabou ficando com 207 páginas – Você conhece o Plano Nacional de Educação (PNE) 2024 a 2034? Nós já resumimos tudo aqui, mas eles estão sinalizando que a ideia não é um sistema único, como já existe na saúde, e querem implementar na educação, mas que se mantenha somente nessas duas áreas, eles querem que essa centralização dê o poder na mão do Poder Executivo... E eu quero dizer o seguinte: eles querem esvaziar completamente a competência de vocês legislarem sobre essas matérias. O Sistema Único de Saúde que já não tem, o Sistema Único de Assistência Social, o Sistema de Segurança Pública, o Sistema de Trabalho, Ciência, e Tecnologia, Cultura, Esporte e Socioambientalismo. Ou seja, o Poder Legislativo vai se tornar uma figura decorativa, sem nenhuma função, com o custo que todos sabemos que tem. Vai servir para quê? Então fica esse alerta.

Outra crítica ao Sistema Nacional de Educação – e até o Senador Flávio Arns fez um vídeo defendendo a importância de dar mais poder ao MEC, por meio do aumento de investimentos para a educação. O Brasil hoje é um país que já investe muito mais do que a maioria dos países, investe 6% do PIB na educação. E temos o resultado terrível que vemos no Pisa, estamos lá na lanterna. Eles querem aumentar para 10% de toda a riqueza do país para investir na educação.

É sabido e notório que o MEC é um Ministério extremamente incompetente, para não falar em má-fé. Incompetente porque o dinheiro entra, recurso tem. Por que figuramos na lanterna desses resultados dos exames? Porque são incompetentes. Qual é o interesse da sociedade civil de entregar mais recursos na mão de quem é incompetente, de quem não entrega resultado? Nenhum. Então esse é o objetivo também do Sistema Nacional de Educação.

Sobre o controle social, como o Estado vai aplicar esse monopólio da educação, como a professora Andreia Medrado disse, em relação ao Sistema Nacional de Educação (SNE)? Em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), pois o Plano Nacional é o conteúdo, o recheio da estrutura que é o SNE, o SNE estrutura o esquema e o PNE preenche com o conteúdo. Esse controle social vai acontecer por meio das



proibições das escolas cívico-militares, confessionais e do *homeschooling*. Aliás, pretende acabar com todas as instituições privadas de ensino. O argumento é o seguinte, que eu ouvi na palestra da professora Madalena Guasco Peixoto, dito por ela: que as escolas privadas significam uma grave ameaça à soberania do país. Como assim? Por quê? Ela explicou que os donos de escola não têm compromisso com a qualidade da educação, mas com o lucro. Então, se eles não se comprometem com a qualidade da prestação de serviço educacional, eles vão formar maus cidadãos. E formando maus cidadãos, a soberania do país fica fragilizada, porque a soberania do país é composta pela qualidade dos cidadãos. [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Djonathan Costa / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

Então, a ideia é essa. É outro alerta. A ideia não é só finalizar com essa diversidade de escolas, mas acabar com todas as escolas privadas e trazer toda essa educação para o monopólio do Estado.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

Hã? Pretendem também obrigar a educação a partir de 0 ano de idade, viu, Deputado. Qual é o objetivo disso? Afastar os nossos filhos da influência da família. Porque nós trazemos para o centro, nós passamos valores, nós passamos princípios. Então, a educação obrigatória a partir de 0 ano de idade é a aplicação da subversão que o doutor João Alberto mencionou. Eles querem doutrinar os nossos filhos desde 0 ano de idade. E aí o problema do *homeschooling*, Deputado. Olha que problema é para eles o *homeschooling*. Sai completamente dessa estrutura de poder.

Então, eles estão utilizando a educação como um meio de implementação de um projeto de permanência no poder. Nós precisamos entender que não há boa fé nesse sistema educacional que temos aqui no país. Não tem, isso é um projeto de poder e nós precisamos entender isso para raciocinar a partir disso. É uma proposta de um emburrecimento programado, tem até esse livro aqui, (*mostra o livro*) “Emburrecimento Programado – O Currículo Oculto da Escolarização Obrigatória”. É emburrecer os nossos filhos através de técnicas de alfabetização que eles estão prevendo, por exemplo, que sabidamente quem é profissional do meio sabe que são incompetentes. O tempo para alfabetizar tem um nível de produtividade, dependendo da idade, tem outro nível de produtividade ou improdutividade se passar desse tempo, com comprometimento em toda a vida adulta.

Então, tudo o que eles estão prevendo é para incapacitar os nossos filhos, trazendo todas as doutrinas ideológicas, pautas identitárias para bestializar os nossos filhos de forma que eles se tornem massa de manobra, militantes mesmo, e vão garantir a permanência deles no poder, como acontece em outros países que nós sabemos. Os ditadores dos outros países ficam dezenas de anos, até falecer, e aí sobe outro.

Tem uma frase que eu achei muito interessante que simboliza isso, da filósofa social Hannah Arendt, uma americana (*sic*), escrita em 1968: “O objetivo da educação totalitária nunca foi incutir a convicção nos alunos, mas, sim, destruir a capacidade de formá-la.” Isso é muito sério.

Eu vou fazer uma... para que vocês entendam que isso é um projeto de poder e que já está pensado há mais de 100 anos. E também falando do livro, que eu também ratifico a indicação de leitura, que fala o seguinte: um pequeno artigo é publicado no jornal canadense comunista em 1959, que eu vou ler para vocês porque vale apenas e aí vocês façam a associação se tem algo do tipo acontecendo hoje em dia: 1959 - se eu fosse um agente comunista na América com milhões de dólares para gastar anualmente, eu não os desperdiçaria subornando servidores públicos para obter segredos de Estado, mas eu iria esbanjar e encorajar as relapsas bandas de garagem da região, a produzir mais e mais uma cultura de lixo. Músicos desmiolados e obscuros seriam ajudados a se promover. Eu procuraria os editores mais questionáveis de livros de bolso mais imundos, e lhes daria algumas centenas de milhares de dólares para que montassem escritórios mais respeitáveis. Estenderia a mão a qualquer tendência da geração *beat*, que nessa época era sexo, drogas e *rock'n'roll*. Qualquer coisa



promovendo a rebeldia dos adolescentes, contribuindo para a confusão e a exasperação dos pais, seria prodigamente patrocinado. A intenção básica dos meus gastos seria quebrar a disciplina, estimular o afrouxamento da autoridade sobre qualquer criança, de modo a fazer crescer em pouco tempo uma geração de adultos que pudesse facilmente sair do controle. A América, em desespero, buscaria por qualquer tipo de disciplina capaz de salvá-la. E então, belo feito uma pintura seria o comunismo, a disciplina mais férrea desde Esparta. A vitória seria sem sangue, exceto, é claro, nos campos de concentração, tortura, prisões e coisas do tipo. Mas ninguém saberia, graças à censura da imprensa.

Isso é a biografia de um ex-agente da KGB, de quando ele entendeu qual era o projeto de poder, que nesse período era a subversão dos Estados Unidos, ele fingiu a própria morte, sumiu e tornou o projeto de vida dele divulgar para o mundo inteiro esse projeto de poder. Então, nós vemos que hoje isso está sendo implementado de uma forma ousada no país. Isso foi em 1959. Em 1990 Mikhail Gorbatchov declarou o desmonte do bloco soviético. E nesse mesmo tempo, nessa mesma época, ele criou a Instituição Verde Internacional. Em 1997, com patrocínio do diretor-geral da Unesco, eles publicaram um documento chamado Constituição da Terra ou Carta da Terra, e esse documento previa e tinha o objetivo de substituir os dez mandamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Doutora Adriana Marra, mais um minuto para concluir.

A SRA. ADRIANA MARRA – Vixi, vai ficar muita coisa (*ri*).

O que vimos na Conae é a extinção das escolas confessionais. No documento final são citados os termos aquecimento global, socioambientalismo e sustentabilidade por mais de duzentas vezes. Então, é a substituição do "Deus Terra" pelo Deus Cristão.

Por favor, interrompa-me, Deputado, porque eu ainda tenho muita coisa para falar. Se já tiver dado o tempo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Vou conceder mais dois minutos, então, para a senhora concluir o raciocínio.

A SRA. ADRIANA MARRA – Obrigada.

Bom, essas doutrinas que estão sendo trabalhadas em sala de aula, principalmente a ideologia de gênero, causam muitos malefícios aos nossos filhos. Em primeiro lugar, afetam a integridade mental deles, porque eles são expostos a pseudoprofessores que são formadores de opinião e têm uma figura de autoridade na vida dos nossos filhos. E o pior é que nós, como pais, que somos as primeiras autoridades, preparamos esse terreno para esse professor trabalhar na cabeça dos nossos filhos – porque nós viramos para o menino e falamos: presta atenção na aula, não fica conversando, escuta o que o seu professor está falando. Aí chega o professor em sala de aula e começa a contar para os nossos filhos que a orientação sexual deles vai ser definida de acordo com as experiências que eles tiverem na vida. Como eles vão saber se gostam de homem, se gostam de mulher, se nunca ficaram com homem, se nunca ficaram com mulher, se nunca ficaram com bicho? Então, isso vai – e eu estou falando com propriedade, porque tenho especialização em Neurociência – vai construindo uma rede neural, um caminho neural e quando fecha o circuito, o cérebro automatiza essa ideia. Ele não questiona mais se a orientação sexual é inata, biológica, ou se é formada pela tal da teoria da construção social da sexualidade, que foi inventada, aperfeiçoada por uma filósofa, Judith Butler, que substitui absurdamente – olha o nível de mediocridade mental a que chegamos como sociedade – ressoa muito mais essa teoria do que a ciência médica, do que a biologia. Isso está dando certo.

Então, os nossos filhos saem com essa crença formada de que a orientação é construída socialmente. Eles começam a retroalimentar essa informação com os grupos de colegas, com redes sociais que acompanham, com músicos que falam a mesma coisa. Então, a repetição dessa informação, com a emoção que falar sobre a sexualidade causa, constrói e automatiza esse circuito muito rapidamente. E quando ele acredita nisso, o próximo passo, se ele entender, por exemplo, que ele é não-binário,



vai ser fazer cirurgias de transgenitalização, de tirar os seios, de tirar a genitália, porque isso já está acontecendo e muito, inclusive com um nível muito alto de arrependimento também. E fica uma criança mutilada, com a vida comprometida, a vida da família inclusive.

Então, eu como mãe tenho falado em toda oportunidade que tenho. Eu protegeria a vida dos meus filhos, a integridade física e mental dos meus filhos com a minha própria vida, se precisasse. E, à medida que os pais estão tomando conhecimento do que está sendo feito nesse projeto de poder, que estão usando os nossos filhos como peças de tabuleiro descartáveis, à medida que formos tomando conhecimento e consciência disso, eles acabarão causando uma convulsão social no país, porque estão mexendo com o que há de mais sagrado e importante na vida da gente.

Então, ficam essas considerações. Estou à disposição para perguntas e debates, há muito mais a dizer. Ratificando também a fala do professor João, isso não pode morrer aqui. Cada um de vocês precisa ser um multiplicador dessas informações.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Doutora Adriana, muito obrigada pela contribuição.

Passo a palavra para Gabriel Leite Mendes, cientista social da Escola Estadual Professor Chaves e membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

O SR. GABRIEL LEITE MENDES – Muito boa-noite a todos.

Primeiramente, muito obrigado pelo convite, Deputado André, e também agradeço a toda a sua equipe.

Eu vou falar aqui sobre o Plano Nacional de Educação e como ele limita a liberdade educacional. Mas, antes, como a Vereadora Manu já tinha falado, precisamos lembrar que temos um Plano Nacional de Educação vigente. Ninguém falou muito sobre ele, mas temos um Plano Nacional em vigor, e é importante dizer que os resultados que ele entrega são pífios. Tanto é que há uma fala do próprio presidente da Comissão de Educação do Senado, Flávio Arns, afirmando que menos de 40% do Plano foi concretizado dentro das metas propostas.

(*Apresenta vídeo ilustrativo sobre o tema abordado.*)

Inclusive temos aqui a questão do planejamento e da avaliação, que é muito questionável. Uma disposição transitória da Constituição de 1988 dizia que o Brasil teria a meta de erradicar o analfabetismo em dez anos, ou seja, até 1998. Não cumpriu. No Plano Nacional de Educação também tivemos, em 2014, a meta de erradicar o analfabetismo em dez anos. Também não cumpriu, tanto é que se formos à projeção que temos hoje, o analfabetismo só seria erradicado lá para 2040. Também tínhamos como uma das metas fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas.

E o que foi sugerido foi o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb. Eu até trouxe o de Santa Catarina para exemplificar como esse índice é calculado. Nós temos o aprendizado, que é calculado pela nota dos estudantes no Saeb, o Sistema de Avaliação da Educação Básica, que é feito em nível nacional, e o fluxo, que trata da questão da evasão e da repetência. Em Santa Catarina, hoje, nos anos finais o Ideb é 4,8, sendo que a meta estipulada no último Ideb era 6, ou seja, está abaixo. E a grande maioria dos Estados está com esse número abaixo.

E o pior é que apesar de estar abaixo, ainda temos alguns sistemas – e não estou falando aqui, obviamente, de Santa Catarina, porque não conheço – que acabam burlando esse sistema, até porque sabemos muito bem que, apesar de alguns sistemas terem uma evasão de apenas 1%, 2%, os estudantes acabam passando de ano sem aprender aquilo que efetivamente deveriam aprender.

Então, o que temos, na verdade, não é um Plano Nacional de Educação, temos uma lista de desejos nacional de educação, feita por burocratas e militantes que não levam a sério o que deveria ser um Plano Nacional de Educação. Eles colocam ali um



monte de metas, mas não dizem quando exatamente vai ser feito, nem como vai ser feito. E nós ficamos perdidos no que deveria ser de fato.

E isso acontece por um problema muito sério, basta ver como são formados os cursos de Pedagogia no Brasil. Fazendo uma comparação com Singapura, o país que tem a melhor nota do Pisa, você vê muito claramente que lá os professores ensinam didática, as melhores práticas no ensino da literacia e da matemática, o apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem, enquanto aqui no Brasil se gasta a maior parte do tempo falando de teoria, e não é qualquer teoria.

Nós temos essa frase aqui: (*aponta para a imagem*) "É como profissionais idôneos na competência que se organiza politicamente que está, talvez, a maior força dos educadores e que eles devem ver a si mesmos e a si mesmas. É nesse sentido que os órgãos de classe deveriam priorizar o empenho de formação permanente dos quadros do Magistério como tarefa altamente política." Eu imagino que vocês saibam quem falou essa frase. Enquanto o doutor João Alberto havia falado da "Pedagogia do Oprimido", que é uma obra-prima, muitas aspas para esse termo, essa frase está na "Pedagogia da Autonomia", que é uma espécie de canto do cisne de Paulo Freire.

E aí eu mostro para vocês um livro que foi feito em 1989, por uma editora do PT que se chama "Educação como Ato Político Partidário", que tem alguns autores como o próprio Paulo Freire, Moacir Gadotti, Luiz Inácio Lula da Silva, Florestan Fernandes, que para quem não sabe, é aquele sujeito que tem uma foto na Comissão de Educação, ali próximo do presidente da Comissão de Educação e temos o Celso Daniel também, não vou falar muito dele porque se está ruim para quem tem imunidade parlamentar, que dirá para mim.

Então, basicamente, nós temos nesse livro uma série de coisas que foram ditas por militantes do PT, sobre como deveria ser um modelo de educação. E nessa mesma época, o Paulo Freire foi Secretário de Educação de São Paulo, com a Prefeita Luiza Erundina, e tudo o que foi pensado nessa época se alastrou por todo o país. Nós temos aqui, por exemplo, o que foi discutido no Encontro Nacional de Educadores Petistas em 1989, "Bases para um Projeto Petista de Plano Nacional de Educação" e eu destaco dois pontos: a clareza da influência da questão ideológica na produção de conhecimento é uma das metas que eles têm e a outra é a importância do PT elaborar uma estratégia de eliminação do ensino privado. Eles já diziam isso em 1989. E eu tenho que dizer isso: não se iludam que essas ideias mudaram, não é porque o ensino privado ainda existe que eles não mantêm o ataque. A doutora Adriana inclusive falou que na Conae eles disseram isso, afinal de contas, lá eles estão bem à vontade para falar, porque a maioria é militante, pensa igual eles. Tinha uma questão de que muitos conservadores foram proibidos inclusive de filmar dentro da Conae, então nós sabemos muito bem que lá eles ficam mais à vontade para falar o que eles realmente pensam. E o que eles não conseguem mudar, eles fazem adaptações, se não podem acabar com as escolas privadas, tiram a autonomia pedagógica e curricular, o que dá quase na mesma. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Vera Regina Zacca*]

E aí nós temos alguns pontos que são importantes para determinar o que hoje é a educação no Brasil. O professor Hermes e a professora Andréa já falaram de aspectos de fundamentação teórica pedagógica e nós temos o que eu chamo de tríade demoníaca da educação brasileira, na qual podemos apontar o socioconstrutivismo, que não recomenda o estudo sistemático explícito e hierarquizado como deve ser, o letramento, que sugere que o aluno seja exposto a textos que ele não possui a capacidade de fazer uma reflexão profunda, ou seja, as crianças são expostas a matérias de jornal com um viés ideológico já nos primeiros anos do Ensino Fundamental, o que cria uma cultura de ressentimento, destruindo o imaginário das crianças e, por fim, a pedagogia crítica, que legitima o ensino politicamente enviesado. E temos, então, o que chamamos de doutrinação ideológica.

E temos dados como esse, que para mim é um dos mais graves de todos: 67% dos estudantes de 15 anos no Brasil não sabem diferenciar fato de opinião. Isso me faz



lembrar um pouco do documento da Conae, que fala muito em diversidade, inclusive, esse é um termo que aparece 156 no documento. Para se ter uma ideia da importância disso, o termo “matemática” aparece apenas 4 vezes. E quando vamos ver no dicionário, diversidade é, como o próprio nome já diz, coisas diversas, um conjunto que apresenta características variadas.

O fato é que temos no Brasil 184 mil escolas e a maioria delas funciona mais ou menos da mesma forma. Temos um exemplo, uma alternativa que foi sugerida com as Escolas Cívico-Militares, que estão incomodando, mas no universo de 184 mil, elas são apenas 215, enquanto que as escolas em que o MST faz a política superam 2 mil escolas. Isso está no próprio *site* do MST. Enquanto isso, nós vemos a esquerda fazendo aquele papelão na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, dando chilikie porque foi feito um programa estadual de Escolas Cívico-Militares que têm um impacto tão relevante quanto esse. Infelizmente, são poucas escolas, é importante que isso seja dito, porque muitos pais desejariam que os filhos estivessem em uma Escola Cívico-Militar. Tanto é assim que essa pesquisa foi elaborada justamente para mostrar qual é o nível de satisfação, tanto dos pais quanto dos professores e dos responsáveis, para analisar o quanto eles estão satisfeitos com as mudanças que foram feitas, e olha que não houve tanta mudança pedagógica, mas simplesmente o fato de ter ordem, coisa que não tem na maioria das escolas formais hoje em dia, já é alguma evolução.

Eu vou entrar na discussão do *homeschooling*, porque o doutor João Alberto falou muito bem sobre o fato de que não há uma proibição clara do *homeschooling* no Brasil, mas a ausência de regulação traz um limbo jurídico e as famílias educadoras estão sendo perseguidas por conselheiros tutelares de esquerda e ativistas judiciais Brasil afora. E imagino que em Santa Catarina a situação não seja diferente. Os pais enfrentam esse desgaste por um motivo muito simples: o ensino formal tem diversas falhas no Brasil. E aí somos obrigados a ouvir argumentos como o do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que falou que isso foi inventado por gente racista nos Estados Unidos. Fico imaginando esses pais que hoje têm que enfrentar a justiça, enfrentar o Conselho Tutelar, enfrentar até o vizinho, justamente por conta dessa questão de que a educação, hoje, está uma porcaria e eles querem dar uma alternativa interessante e são obrigados a ouvir de uma autoridade que o filho não vai para escola porque ele não gosta que ele conviva com alguém de cor diferente. Poupem-me, não é?

Eu só quero ilustrar com esse *slide*, que nos Estados Unidos existe uma pesquisa que mostra quais são as principais motivações dos pais que fazem *homeschooling* e a maioria está preocupada com o ambiente escolar, não está satisfeita com a instrução moral e com a oferta de instrução religiosa ou coisas do tipo, porque ainda há essa pecha entre os pais educadores, de que são extremistas religiosos, o que é outra questão absurda, porque mesmo que fosse verdade, afinal, vivemos em um país onde há liberdade religiosa, estamos falando de uma premissa totalmente equivocada, não faz o menor sentido falar que esse é o principal argumento.

Vou encerrar a minha fala propondo o que deve ser feito: primeiro, quebrar o monopólio do MEC sobre a regulamentação do ensino público; autonomia curricular das escolas privadas e públicas e o incentivo à diversidade pedagógica; o incentivo da sociedade civil a programas pedagógicos eficazes e rechaço à pedagogia crítica; foco do investimento público na Educação Básica, com a possibilidade de recursos para as escolas privadas, porque ainda há esse detalhe, as pessoas hoje, dentro do governo, têm problemas sérios com *vouchers*, Escolas Charter, que são experiências de sucesso nos Estados Unidos e que ampliam a liberdade educacional e a escolha dos pais; e, por fim, a vigilância constante dos pais e da sociedade. E quero incluir aqui a vigilância dos políticos também, até porque eu ouvi no início o Deputado Marcos da Rosa falando muito bem do fato de que, infelizmente, nós somos reativos e percebemos isso também na classe política, porque em várias Casas Legislativas Brasil afora, mesmo em lugares onde a direita é maioria, geralmente a esquerda acaba dominando as Comissões de



Educação, então eu faço um apelo aqui para os legisladores: briguem pelas Comissões de Educação.

O que o Nikolas Ferreira está fazendo, o fato de ele estar na Presidência da Comissão de Educação é algo muito emblemático, é importante percebermos que já está fazendo uma diferença muito grande só o fato de ele estar lá, embora às vezes não percebemos nos bastidores o quanto ele já tem feito, embarreirando uma série de projetos.

Por isso eu falo para vocês do quanto é importante essa mobilização continuar. Como já foi dito, isso não pode acabar aqui e isso vale tanto para os pais, como para os professores sérios e para os alunos que estão percebendo essa doutrinação, mas também para a classe política.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Obrigado, professor Gabriel Leite Mendes, por essa contribuição valiosa.

Passo a palavra para o Coronel Cláudio Titericz, professor e coordenador de pós-graduação da Escola de Comando do Estado-Maior do Rio de Janeiro.

O SR. CORONEL CLÁUDIO TITERICZ – (*Passa a ler.*)

“Muito boa-noite a todos, cumprimento o excelentíssimo senhor Deputado André de Oliveira, proponente desta audiência pública, e em seu nome cumprimento todas as autoridades presentes e o público que nos acompanha pessoalmente e virtualmente.

Eu pretendo abordar os aspectos mais prementes que surgiram na Conae e que, na minha opinião, trazem prejuízos para o nosso sistema de ensino brasileiro, que está já muito combalido.

Como sou o último preletor, farei um grande resumo do que foi falado e espero apresentar de maneira didática, para ficar bem claro para aonde estamos indo, certo?

Vejam bem, refiro-me ao ensino brasileiro, não à educação brasileira, pois há uma imensa diferença entre esses dois conceitos e o nosso sistema atual apenas contempla o ensino, que está muito deficiente, pois não educa e também não está ensinando, ele apenas procura profissionalizar os nossos jovens, mas como já foi comentado aqui, é mais um adestramento. Estamos carentes tanto de educação quanto de ensino.

O primeiro problema da Conferência Nacional de Educação, que ocorreu no ano passado em nível estadual, municipal e distrital, e que este ano começou em nível nacional, é que ela foi convocada para orientar a confecção de um novo Plano Nacional de Educação que deverá vigorar por dez anos, refletindo até 2034. No entanto, não ocorreu um debate conveniente e faltou o princípio da publicidade, mesmo dizendo ser democrática, não foi observada tal característica, uma vez que o documento de referência praticamente é igual ao documento final, que está aqui na minha frente, mostrando que houve pouca participação democrática em sua elaboração, ou seja, tudo o que já estava redigido antes foi oficializado sob o pretexto de debates, os quais não ocorreram. Será esse o documento final, do qual me valerei para fazer os comentários a seguir e mostrar tudo o que está por trás da confecção do novo Plano.

O texto pretende planejar a próxima década no campo educacional, mostrando as vinte metas do Plano Nacional que está em vigor desde 2014 e traz uma síntese de contexto nos temas correspondentes a cada meta, além de explicações sobre as estratégias. Entretanto, não constam análises claras e objetivas das relações de causa e efeito de modo sistemático, a fim de trazer garantias mínimas de que as ações de um novo Plano, em seu conjunto, estariam maximizando resultados e acarretando a melhoria do processo.

Outro ponto se refere à Constituição brasileira e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as quais dão autonomia pedagógica estadual, municipal e até aos próprios estabelecimentos de ensino, fato que já sabemos, mas com a atual proposta, isso ficará totalmente restrito a um sistema centralizado, que se apresenta como um quarto poder, independentemente de tudo e de todos. A pretensão deles é instaurar o chamado



Sistema Nacional de Educação, já sabemos muito bem o que isso significa, e refazer o pacto federativo, tirando a autonomia legal prevista aos Estados e Municípios na área de educação. Pretendem, diz o texto: 'fortalecer o Estado, regular, monitorar e avaliar os Planos decenais dos Estados e Municípios'. Ou seja, autonomia zero, o que demonstra o caráter centralizador pretendido. Podemos ver inclusive o caráter policialesco, quando preveem que haja processos de responsabilização, sanções administrativas, cíveis e penais, caso sejam descumpridos os dispositivos previstos. Os Estados Unidos, só para lembrar e dar conhecimento a todos, já tentaram fazer isso e foi um caos na educação americana, foi a chamada Lei 'No Child Left Behind'. Esse novo sistema pretende 'normatizar, controlar e fiscalizar todas as instituições de Educação Básica ou Superior, sob os mesmos parâmetros e exigências aplicadas ao setor público', como se os alunos fossem iguais, sem qualquer individualização. Parece que realmente desconhecem o verdadeiro espírito que deve reinar no âmbito escolar, onde a liberdade de iniciativa pedagógica é requerida, onde a capacidade individual de cada professor e de cada aluno deve ser respeitada e onde os esforços devem ser maximizados para buscar o máximo na aprendizagem.

Os elaboradores do documento em questão demonstram uma falta de equilíbrio ideológico, apresentando um texto de viés esquerdista e politicamente tendencioso. Lemos, para pegar um exemplo que ocorreu, o 'afastamento de uma presidenta democraticamente eleita', quando deveriam elaborar um texto de Estado, não um documento político ideológico e partidário. A educação brasileira não pertence a nenhum partido político. Identificamos, na página 194, a matriz ideológica característica do Marxismo que é: 'Tal política precisa partir e reconhecer, em uma perspectiva histórico-crítica e social, a estreita e interdependente relação entre educação, ciência e tecnologia, inovação, economia, meio ambiente e direitos humanos', e ainda enaltece nomes conhecidos no meio socialista e esquerdista, citando no documento: 'é importante considerar as experiências e conhecimentos acumulados historicamente no campo científico, cultural e educacional, a exemplo da teoria geográfica do espaço, de Milton Santos, e da pedagogia libertadora e humanista de Paulo Freire.'

O documento ainda cria vários termos novos, desconhecidos na área de ensino, como a chamada 'educação de qualidade social', e fala sobre vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Comenta ser necessário o princípio da 'garantia de padrão de qualidade', 'capacitismo', 'etarismo', entre outros termos, todos eles não esclarecidos e debatidos adequadamente no meio acadêmico e educacional.

O texto continua apresentando argumentos contra o ensino domiciliar, as Escolas Cívico-Militares, e até confessionais, não ficando de fora a iniciativa privada, a qual perderá sua autonomia e estará totalmente atada a esse novo Sistema Nacional de Educação. Eu faço questão de ler integralmente o parágrafo que o nosso organizador aqui da audiência pública já leu, que trata sobre o sistema.

Abre aspas, 'nessa mesma linha, faz-se urgente a contraposição efetiva do Estado, nas suas diversas esferas federativas, às políticas e propostas ultraconservadoras, garantindo a desmilitarização das escolas, o freio do avanço do processo e tentativas de descriminalização da educação domiciliar, às intervenções no movimento Escola Sem Partidos e dos diversos grupos que desejam promover o agronegócio por meio da educação, aos ataques à liberdade de cátedra e ao livre pensamento nas instituições educacionais, retirando do currículo, por exemplo, disciplinas importantíssimas para a formação plena e para a cidadania como Sociologia, Filosofia e Artes.'

Os elaboradores desse documento desconhecem que as maiores nações do mundo desenvolvido possuem o ensino domiciliar. Desconhecem as vantagens que as Escolas Cívico-Militares despertam no sistema de ensino racional, inclusive com vários Estados dando continuidade a ele, fato que será proibido pelo Novo Plano Nacional de Educação, se essas ideias da Conae forem implementadas. Eles desconhecem o valor



do agronegócio para o país e para a educação no campo. Essas ideias discriminatórias não apontam para melhoria de qualidade, fato observado ao longo do texto final.

A Conae, senhoras e senhores, favorece a ideologia de gênero, negando a objetividade natural e biológica do ser humano, negando a natureza humana como algo real e objetivo. Foi escrita cerca de 65 vezes a palavra gênero no documento, se é que eu não perdi uma ou outra página.

A meritocracia foi colocada de lado em troca de uma igualdade pedagógica, que é impossível, e os educadores sabem muito bem disso. Buscam acabar com a competitividade no âmbito das escolas, tratando todos os estudantes como pessoas iguais, tal como um rebanho a ser adestrado para o chamado desenvolvimento socioambiental sustentável, seja lá o que isso possa ser, tudo voltado para o mercado de trabalho, esquecendo-se da individualidade e diversidade humanas que caracterizam a humanidade. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Rafael José de Souza]

‘De igual modo, contribuirá para a superação lógica, competitiva e discriminatória entre os entes federados e do modelo de responsabilidades administrativas restritas a redes de ensino. Não haverá forma competitiva entre União, Estados e Municípios e nem com relação ao ensino privado, e este desde a creche até a pós-graduação.’

Em outro momento diz que o foco é romper com a lógica meritocrática, propondo que seja feita a supressão da prova nacional para o cargo de direção, sendo essa função preenchida por escolha e não por competência.

Agora, sobre a avaliação, senhor Deputado André de Oliveira e caros presentes, ficou claro para quem consulta o documento que terá que ser criado um sistema nacional de avaliação. Nessa direção, o sistema nacional de avaliação deverá coordenar toda a União e englobar o Sistema Nacional de Educação Básica, o Sistema Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, o Sistema Nacional de Avaliação e Educação Superior, abarcando a educação pública, privada e comunitária dentro do âmbito das atribuições do Ministério da Educação, sendo vedada a transferência de competência relativa dessas tarefas e obrigações a agências reguladoras existentes ou por existir. No caso da pós-graduação, a avaliação é coordenada pela Capes no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação, e nada poderá ser realizado sem que haja fiscalização sobre as escolas.

É interessante que não se pensou na avaliação dos mestres, ao contrário, o documento critica alguns Estados em que foi feita a avaliação de professores, dizendo que isso coloca em risco a carreira do Magistério. Diz o texto: ‘Abrindo o caminho para o total controle sobre as questões educacionais, suprimindo a autonomia e a criatividade do fazer docente, favorecendo a desqualificação do trabalho pedagógico e pondo em risco a própria democratização da educação.’

É uma incongruência, é um absurdo o que está escrito aqui. Não fiscaliza o professor, mas fiscaliza todo o sistema. A incongruência fica muito clara quando quer a chamada democratização e a fiscalização total ao mesmo tempo.

Sobre o financiamento público, pedem para aumentar a destinação de recursos, mas desconhecem que isso não é necessário para melhorar o sistema. Desejam ampliar os recursos, sendo os dados por eles apresentados de 5,1% atuais chegando até 14% do PIB, que seria a chamada média da OCDE.

Querer se comparar aos países desenvolvidos é uma boa intenção, mas a realidade deles é bem diferenciada. Por exemplo, a maioria desses países tem o *homeschooling*, como já havia dito, o que possibilitaria muito a redução de recursos, já que as crianças aprendem em casa e assim precisa de menos recursos despendidos na educação. O documento está propondo até o aumento de impostos para essa finalidade. Os elaboradores do texto propuseram termos novos, como eu já havia dito, mas não sabem sequer o que seja nível suficiente e nível adequado de aprendizado em que cada ano escolar ou nas etapas de ensino e pedem para fazer novas conferências para definir esses temas no prazo de um ano, visando levar os estudantes, como eles



querem, 'a atingir um nível esperado para promover uma formação integral, emancipatória e de qualidade social.'

Senhoras e senhores, eu acredito que a ignorância esteja mais ampla ainda, pois não sabem a diferença entre educação, que eleva a capacidade intelectual do ser humano, e o ensino, que apenas apresenta uma habilidade a ser aprendida e não se preocupa com o desenvolvimento cognitivo individual de cada estudante.

O último grave problema de todo o texto da Conae e que eu apresento, mas eu enfatizo que não esgota o assunto, tem muito mais coisa, é a ausência da menção à evidência científica de forma geral e a completa falta de balizamento em experiências educacionais bem sucedidas no Brasil ou no exterior. O documento como um todo assume um caráter meramente opinativo, sem indicar fontes que demonstrem suas propostas e sem nenhum fundamento técnico, portanto, é mais parecido com o estilo de um editorial político-ideológico do que com o subsídio para a elaboração de uma política pública séria em educação."

Encerro aqui, senhor Deputado, a minha preleção, deixando claro que essa proposta de ensino iniciada com a Conae é totalmente inadequada para a realidade brasileira e deve ser dispensada para dar lugar a uma discussão realmente séria, sem atropelos, sem ideologias e tendências políticas, tratada por verdadeiros especialistas na área de educação e do ensino.

Muito obrigado pelo honroso convite para participar deste evento nesta Casa Legislativa. Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Eu quero agradecer ao Coronel Cláudio Titericz pela valiosa contribuição. Nós é que agradecemos pela sua disponibilidade em estar fazendo aqui o fechamento da nossa audiência pública por parte dos especialistas.

Agora nós estamos nos encaminhando para o final da audiência pública e temos alguns inscritos.

Passo a palavra para o senhor Diego do Nascimento Vieira.

O SR. DIEGO DO NASCIMENTO VIEIRA – Boa noite a todos. Cumprimento o excelentíssimo Deputado André de Oliveira e as demais autoridades integrantes da mesa. Faço também uma menção ao meu conterrâneo, o Deputado Marcos da Rosa, que também é da cidade de Blumenau.

Falo aqui não somente em nome da minha família, como pai, mas como pai de seis filhos e pai *homeschooling* desde 2013. O meu filho mais velho tem 17 anos e o meu caçula tem 1,5 ano. E este é um ano maravilhoso na minha vida, porque o meu filho mais velho já concluiu o Ensino Médio, se for para comparar habilidades, conforme a BNCC, o meu filho com 16 anos já terminou o Ensino Médio. E graças à burocracia brasileira, ele não pode ingressar em uma universidade porque não tem 18 anos. Então, não importa o mérito do meu filho e, sim, a teoria, a "burrocracia" muitas vezes.

Além desse filho que já está completando o Ensino Médio, tenho um filho que está iniciando a alfabetização, então é um ciclo contínuo maravilhoso e como pai, é uma grande honra estar aqui defendendo os meus filhos e a minha esposa. Mas também falo em nome da Associação de Famílias Educadoras de Santa Catarina (Afesc), a qual vem há cinco anos defendendo - e muito - as famílias. Aqui na Casa Legislativa já aprovamos uma lei, o que comprova que essa lei estadual é uma iniciativa da sociedade catarinense e também muito das Casas Judiciárias, do Poder Judiciário, inclusive no Tribunal de Justiça, aqui ao lado, temos casos de famílias educadoras, hoje, que estão simplesmente optando por educar os seus filhos em casa, por fornecer uma melhor educação, correndo o risco de receber uma multa de R\$ 100 mil, creiam.

Santa Catarina, o Estado mais cristão, mais conservador do Brasil, que preza pela liberdade, está querendo multar uma mãe, cujo filho nunca foi visto pelo Conselho Tutelar, nunca foi visto pelo CRAS, nunca foi visto pelo Ministério Público e nem sequer foi visto pelo Juiz em audiência, não foi visto por ninguém. E ameaçaram tirar a guarda e estamos recorrendo, junto com a mãe, a respeito de uma multa de R\$ 100 mil.



Então, vejam o absurdo que já está acontecendo. Imaginem se essa porcaria – temos aqui que dar o nome às coisas, desculpem por rebaixar tanto, mas lixo a gente trata como lixo e o PNE é um lixo, escrito por abortistas que querem matar, assassinar crianças inocentes dentro do ventre das suas mães. A maioria desses movimentos que escreveram esse lixo são defensores dessa causa, são defensores da ideologia de gênero, que é uma afronta contra a natureza humana e muitas vezes causa um estrago irreversível na vida das crianças quando adultas, principalmente daquelas que hoje já estão se arrependendo, porque foram enganadas, foram, podemos dizer assim, abusadas.

Então, o nosso pedido aqui, enquanto Afesc, para os senhores Deputados da Alesc, é que façam uma moção de repúdio a esse texto na íntegra, e também façam uma moção de apoio ao PL 5665/2023, da Senadora Dorinha Seabra, que vai prolongar até 2028 o atual PNE e, assim, dará mais tempo para se debater. Se é o debate democrático que eles pregam, então em quatro anos eu creio que dará para fazer algo a mais. Mas a Casa Legislativa de Santa Catarina precisa se manifestar com veemência, inclusive também convidando a Frente Parlamentar Catarinense do Congresso Nacional a assumir junto essa pauta, porque temos que defender as nossas crianças, as crianças catarinenses e as crianças brasileiras.

Muito obrigado, fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) - Muito obrigado, senhor Diego Vieira, pela valiosa contribuição.

Quero convidar agora a senhora Alessandra Guimarães para fazer o uso da palavra.

A SRA. ALESSANDRA GUIMARÃES - Boa noite. Eu sou mãe de uma aluna do norte da Ilha e como vários pais do norte da Ilha, por defendermos a integridade física e mental dos seus filhos, nós somos taxados de fascistas, de nazistas e de golpistas. Hoje, se perguntam para uma criança se ela gosta de menino ou de menina e ela diz que não sabe, ela é dada como não-binária. Se perguntam isso para uma menina e ela diz que gosta de andar de mãozinha dada com a amiguinha, ela é dada como transexual e aí incutem na cabeça dessa criança que ela tem que mudar de sexo, que ela tem que mudar o nome, anulando completamente os pais. Não estão deixando mais as nossas crianças serem crianças.

Então, nós mandamos uma filha ou um filho para a escola para ele ser obrigado a ler trechos de livros dados fora da faixa etária e com incitação sexual, em que vale nota, sem o conhecimento dos pais. Livros esses que foram denunciados e retirados, mas a escola disse que foi somente um equívoco.

Conteúdos são dados sem interação, sem debates e sem reflexão e se os pais se reúnem e vão à escola para obter respostas, ainda são silenciados pelo movimento do sindicato do MST, que hoje está nas escolas. A escola, hoje, não é mais da comunidade escolar, a escola, hoje, está pertencendo a esse grupo.

É compreensível que haja uma preocupação quanto ao conteúdo dado para as crianças, nós precisamos do envolvimento de mais pais nisso, porque, sim, nós somos milhões de pais nesse país, milhões. Acho que se nós nos unirmos contra isso, nós conseguiremos, porque as nossas crianças são o futuro desse país. Sabem, nós temos que nos unir para acabar com isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Muito obrigado, senhora Alessandra Guimarães.

Passo a palavra para o senhor Rafael Ary.

O SR. RAFAEL ARY - Boa noite. Eu sou professor da UFSC e isso já foi um grande orgulho, todo catarinense queria ter os seus filhos na Universidade Federal de Santa Catarina. E hoje, as mensagens que eu mais recebo nas minhas redes sociais são: espero que o meu filho não precise cursar a Universidade Federal de Santa



Catarina, estou juntando dinheiro para colocar o meu filho em uma universidade privada.

Isso me deixa extremamente triste e me move a ser um dos professores, porque eu não sou o único, que decidiu levantar a voz contra essa centralização que a gente vê e que foi extremamente bem explicada, desenhada, aqui pelos nossos palestrantes, essa centralização que não permite mais que a gente enxergue esperança para o sistema educacional brasileiro em todos os níveis. Não é somente no nível superior, é em todos os níveis, eles fizeram de tal maneira que a gente se sente sem esperança de mudança. E é exatamente isso o que eles querem, querem que a gente mantenha essa sensação de que nada pode mudar.

Eu não vou me estender mais, porque já foi falado brilhantemente aqui sobre todos os assuntos, mas eu faço um apelo, nós já temos políticos envolvidos na causa, temos professores, temos pesquisadores, mas eu faço um apelo aos pais de todos os níveis, e aos professores que se sentem incomodados com essa situação: não se calem. Não precisa agir de forma violenta, com xingamentos nem nada disso. Vocês podem, de forma ponderada, de forma firme, manter a opinião e os valores que são tão importantes para a formação.

Nós precisamos de novos modelos de educação em todos os níveis. Não adianta a Universidade Federal e as outras universidades que estão em greve nesse momento, pedindo maiores salários, porque em nenhum momento, nem o governo e nem mesmo os professores que estão em greve se perguntam, fazem algum tipo de pedido por uma mudança institucional na estrutura, que está falida, está parada no tempo há pelo menos cinquenta anos. Nós temos uma estrutura de universidade que está parada no tempo, uma estrutura soviética, acho que a União Soviética teria orgulho da estrutura que foi criada dentro das nossas universidades.

Eu não entro em greve porque não há nenhum tipo de pedido de mudança de estrutura, de melhora, de criação de metas, de resultados, então não vão contar, obviamente, com o meu apoio. Mas eu peço aos colegas professores e aos pais que vierem a ouvir essa fala, que se levantem, levantem as suas vozes.

Muito obrigado e boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Obrigado, professor Rafael Ary, pela valiosa contribuição.

Convido agora o senhor Guto Kurten para fazer uso da palavra, por até três minutos.

O SR. GUTO KUERTEN - Boa noite a todos.

Primeiro, eu me sinto muito honrado de ter as presenças ilustres do professor João Alberto, da doutora Adriana e dos palestrantes, porque eu fiquei pensando: cara, eles saíram das suas cidades natais, o doutor João saiu de João Pessoa às duas da manhã para vir aqui falar para vocês durante 15 minutos. É, e eu fico enchendo o saco dele de madrugada.

Eu queria só deixar bem clara a frase que foi dita aqui: estão mexendo com o que há de mais sagrado para nós, que são os nossos filhos. E eu não vou brincar com isso. Eu queria agradecer a cada pai que está aqui nesta sala. Vocês, junto com os professores, como o Rafael falou, e junto com essa turma que quer, sim, temos a possibilidade de mudar isso. Nós podemos mudar isso, nós temos força para isso, só não temos sindicato para nos defender, nós não temos ninguém para nos defender, mas nos fortalecendo, nós vamos conseguir defender os nossos filhos, e eu acho que é aí que está a nossa força. [*Transcrição: Eduardo Adami / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu vou repetir uma frase que a doutora Adriana falou em outra audiência da qual ela participou: quando a gente entender o que está ocorrendo e o que vai ocorrer, o que foi dito...

Olhem só, são 21h40min e ninguém saiu da sala. Ninguém saiu porque todo mundo ficou preocupado. Eu estou preocupado. A primeira vez que eu ouvi o doutor



João e a doutora Adriana falar, eu fiquei apavorado. Gente, isso não pode estar acontecendo. Isso não é real, isso é utópico. Aí eu, como jornalista, fui atrás pesquisar e fiquei mais assustado ainda. O que vai ocorrer se acontecer o que foi dito aqui? Não tem como fugir para... Estou até nervoso, porque eu não tenho o dom da palavra, eu não sou Deputado, não sou Parlamentar, eu sou um pai e estou falando aqui como pai.

Eu quero, sim, o melhor para os meus filhos e ponto. E eu preciso que cada pai, que cada mãe catarinense receba essa mensagem que foi dita aqui. Nós não podemos ficar só nesta audiência, nós temos que ir além, temos que promover seminários. Precisamos debater esse assunto, construir e disseminar essa informação que foi dita de uma forma muito coerente, com informações verídicas e documentos como os apresentados nesta audiência. Nós temos que levar essa informação a mais pais.

Gostaria de agradecer a todos pela oportunidade que nos deram de adquirir o conhecimento necessário para defender os nossos filhos. Porque, sim, nós temos o dever. E como é bom aprender com eles, foi numa audiência deles que eu escutei eles falarem. Nós temos o direito de defender os nossos filhos porque eles são menores, a responsabilidade da defesa deles é nossa.

Agradeço a cada um de vocês por estarem aqui. Muito obrigado aos pais presentes e a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Agradeço ao Guto Kuerten.

Convido o último inscrito, senhor Wellington Batista de Jesus, a fazer uso da palavra.

O SR. WELLINGTON BATISTA DE JESUS – Boa noite a todos.

É muito gratificante poder estar aqui trocando um pouco de experiência sobre a vida educacional. Sou professor de Educação Física há mais de dez anos no governo do Estado e realmente passo por muitas situações que foram discutidas aqui. Infelizmente, na cabeça de alguns pais e familiares, essa é apenas uma conversa que aparece na televisão. Então, quero cumprimentar a todos, cumprimentar o Deputado Marcos da Rosa e os demais integrantes da mesa. Também quero parabenizar esta Comissão pela iniciativa e, como o pastor falou aqui, que esta audiência pública não comece e termine hoje, que isso possa se expandir e que possamos criar um time cada vez mais forte, cada vez maior em defesa dessa causa.

Anotei algumas coisas. Como eu disse no começo, sou professor de Educação Física. No começo deste ano eu decidi desistir, na verdade, sair por conta de outras causas que venho trazendo, para poder defender ainda mais o nosso Município, o nosso Estado na questão da educação. Sou filho de professores também.

Na semana passada tivemos uma experiência em que um aluno, um menino, entrou no banheiro de meninas, na escola de uma prima minha, e minha prima falou: "Isso aqui não é seu banheiro. Seu banheiro é outro." Enfim, ele xingou ela de tudo. Ela foi até o diretor, o diretor foi até o aluno e disse: esse banheiro não é seu. Esse banheiro é das meninas. Você tem que usar o seu. Ele simplesmente pegou o celular, começou a filmar o diretor e a chamá-lo de homofóbico, de isso e aquilo, enfim...

E qual é a defesa desse diretor? Qual é a segurança desse diretor? Hoje, um professor e um diretor têm mais dever na escola do que o próprio aluno. Então, se este vídeo sair por aí é capaz de um diretor desses apanhar na cara, desistir da vida na educação, por um Brasil melhor, por um Estado melhor, por conta dessas defesas que estão totalmente contrárias.

Então, de novo, parabéns por esta Comissão. Que Deus abençoe e dê muita força para vocês, muita garra, que traga muito mais pessoas para somar, para bater no peito e defender, porque nós necessitamos de professores. Infelizmente, a cada dia vejo mais professores desistindo da sua profissão, às vezes indo para o comércio, às vezes para outras áreas. Estão desistindo dessa profissão porque hoje é perigoso ser professor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Agradeço ao Wellington Batista pela contribuição. Agradeço a todos que se colocaram à disposição para fazer uso da palavra, e quero concluir passando a palavra para o meu amigo, o nobre Deputado Marcos da Rosa, para que possa fazer as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARCOS DA ROSA - Pessoal, apenas um minuto para parabenizar o Deputado André de Oliveira.

Confesso que não sabia que ele tinha sido o proponente desta audiência pública, mas independentemente de quem propôs, como Deputado Estadual eu precisava estar aqui. Nós precisamos unir forças porque estamos aqui para representar a população. Foi muito bem dito aqui que esse pessoal não quer dar publicidade às aberrações que eles estão desenhando para toda a população brasileira; eles querem que tudo fique às escondidas. É por isso que eles não querem que filmem, em uma conferência, por exemplo, não pode filmar e por quê? Porque eles sabem que se a população brasileira souber disso não vai concordar. A população precisa acordar para isso. Por isso, acho que uma reunião como esta deveria ser feita no nosso maior salão e todos deveriam contribuir, todos os Deputados.

Eu quero agradecer aqui ao pastor Jeferson, que está lá, foram pessoas que nós convidamos. Nós temos representantes aqui de Biguaçu, de Nova Trento, de Itajaí, de Antônio Carlos e de Paulo Lopes, que nós convidamos. Nós temos que fazer isso, pessoal, nós temos que participar, porque eles são a minoria, mas eles participam. Então, me desculpem, mas palmas para eles. (*Palmas.*)

Nós precisamos participar, senão eles vão ganhar no grito. Eles não têm nada de técnico, é uma vergonha o que eles ensinam, é ruim, eles contrariam a ciência, a biologia, mas estão levando vantagem. Então, parabéns mais uma vez. Tens o meu apoio em tudo que fizeres em relação a essa pauta para defender a família e para defender a educação de verdade.

Muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Muito obrigado, Deputado Marcos da Rosa.

Passo a palavra para a Vereadora Manu Vieira, para as suas considerações finais.

A SRA. VEREADORA MANU VIEIRA (Florianópolis/SC) - Obrigada, Deputado. Também serei muito breve. Foi uma honra e um privilégio estar aqui dividindo esta mesa com grandes especialistas. Ouvir os senhores me deixou ainda mais convicta dessa pauta.

Eu gostaria só de ressaltar aqui que as falas corroboram com o que eu vou fazer agora, que é esse convite à participação. Nós tivemos muito tempo longe dos espaços de liderança. Nós tivemos muito tempo trabalhando e pagando boletos enquanto há pessoas que vivem de doutrinar e de militar, ganhando bolsa e dinheiro público para isso. Então, hoje nós precisamos fazer um esforço a mais, porque nós temos uma meta: a meta é acabar com isso aqui.

Eu não tenho dúvidas de que a implantação desse sistema é a perda total de liberdade e de autonomia, é o cerceamento do cidadão. Eu sou uma defensora dos direitos naturais, vida, propriedade e liberdade. Isso é um ataque direto a todos nós.

Eu protocolei também o requerimento de discussão do PNE em Florianópolis e estaremos votando na segunda-feira. Tenho certeza de que vai passar, no entanto, depois será guerra, porque a Presidente da Comissão de Educação é do PT. Estamos assim e estamos perdendo, mas nós não precisamos deixar esse cenário do jeito que está. Então, eu convoco vocês para estarem nesse debate comigo, sabendo que nós precisamos e temos um longo caminho para avançar, mas temos pessoas muito bem preparadas, temos equipamentos, instrumentos e argumentos, de fato. Não precisamos sentir-nos intimidados, não devemos nos sentir com medo de estarmos certos e de usarmos a nossa voz.



Então, eu, como representante do povo, mas sabendo que não sou a única, pois cada um de vocês vai lutar por um espaço, e eu quero dar esse espaço para vocês. Eu convido todos a estarem junto conosco em Florianópolis fazendo essa fala.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – Muito obrigado à Vereadora Manu Vieira.

Eu quero fazer minhas considerações finais para que possamos encerrar esta audiência pública.

Pessoal, percebemos que ficou muito claro na fala de todos os especialistas e também dos meus colegas Parlamentares que existe um avanço do Estado sobre as liberdades. Isso está muito claro. Podemos trazer vários exemplos. Estamos falando aqui de educação, mas vemos um avanço do Estado sobre a economia, pois o aumento de impostos hoje, no Brasil, é astronômico, é DPVAT, é imposto sobre isso, é aumento de taxa ali. Quando vamos para o Judiciário nós vemos um poder que, muitas vezes, não sabemos nem como combater. Nós, como lideranças e como Parlamentares, temos nos organizado para, pelo menos, falar contra esse avanço do Judiciário sobre as nossas liberdades.

O ativismo judicial tem avançado cada dia mais sobre questões relacionadas à defesa da vida e à liberdade de expressão. Tem tomado atribuições que não são suas, mas do Congresso Nacional, especialmente em relação à legislação sobre aborto e *homeschooling*. Só para vocês terem uma ideia, nós temos uma lei no Estado de Santa Catarina, de autoria do Deputado Estadual Bruno Souza na última Legislatura, que autoriza o *homeschooling* aqui em Santa Catarina. Aí vem o Judiciário e derruba a lei. Mas espera aí, o Estado tem prerrogativa sobre a educação também. Então, por que nós, catarinenses, por que o Estado não pode decidir que nós podemos, sim, educar as nossas crianças, que os pais tenham autoridade sobre a educação dos seus filhos?

Nós vemos o ativismo judicial crescendo, um aumento, um avanço do Estado sobre as nossas liberdades. E aí estamos aqui para discutir a educação, o Plano Nacional de Educação, e o que nós vimos? Um plano claro de poder, de subversão. É disso que trata o Plano Nacional de Educação, ele não tem nada a ver com educação, não tem nada a ver com qualidade da educação, não tem nada a ver com ensino e não está nem aí para as nossas crianças. Está claro no Brasil o avanço, a passos largos, de um projeto de poder, de subversão da sociedade, de controle social, de desconstrução dos valores cristãos e da família.

Então, pessoal, quero aqui relembrar o pedido de vários dos nossos oradores. Vários de vocês, especialistas, falaram sobre a necessidade de que esta audiência pública não pare aqui. Todo esse conhecimento, tudo o que nós escutamos, todas essas contribuições extraordinárias não podem parar aqui. Nós precisamos nos posicionar, precisamos seguir firmes e precisamos ir para o *front*.

Nós, Parlamentares, Deputado Marcos da Rosa, Vereadora Manu Vieira, precisamos dar a nossa cara a tapa, precisamos dar a nossa cara para bater, precisamos ir para a guerra, porque a grande verdade é que inclusive nós, que deveríamos ter imunidade Parlamentar, estamos tendo a nossa liberdade caçada. Nós temos Parlamentares presos, temos jornalistas com contas bloqueadas, com passaportes bloqueados.

O Brasil de hoje é um Brasil em que precisamos entender que a nossa missão é a de entrar na guerra, a de entrar no campo de batalha e falar a verdade, independente do que isso possa nos custar. Essa é a nossa missão.

Eu não sei se todos sabem, mas eu estou Deputado por um período pequeno, de 30 dias, eu sou 1º Suplente. E nesses 30 dias muitas vezes o meu jurídico, os meus assessores, a minha equipe, as pessoas do meu time falaram: cara, cuidado com o que você fala, você pode acabar preso. Até um Parlamentar no exercício da sua função está correndo risco, no Brasil, ao ter a sua liberdade tolhida por falar o que acredita, por exercer o seu papel constitucional.



Pessoal, quero dizer que independentemente de serem 30 dias, 60 dias ou um mandato inteiro, estou aqui para defender aquilo que eu acredito, para defender a verdade, para defender o que 12.165 votos dos catarinenses me outorgaram a fazer. Esse compromisso vocês podem esperar deste Deputado.

Deputado Marcos da Rosa, nós temos agora o compromisso de produzir aqui, nesta Assembleia Legislativa, um documento, seja uma moção de repúdio ao Plano Nacional de Educação ou, de alguma forma...

(A senhora Vereadora Manu Vieira manifesta-se fora do microfone: "Moção de apoio ao projeto da Senadora Dorinha Seabra.")

Exatamente, apoiar o projeto da Dorinha e atuar em tantas outras frentes importantes, nas quais nós, como Parlamento, devemos nos posicionar.

Então, fica aqui o meu pedido, junto com todos os outros especialistas: vamos levar esse conhecimento adiante, vamos levar tudo que vimos aqui adiante, vamos contribuir e ter coragem de nos posicionar. O Brasil é dos brasileiros, não é daqueles que estão no poder achando que podem tolher a nossa liberdade.

O SR. JOÃO ALBERTO DA CUNHA FILHO – Deputado, sem querer atrapalhar vossa excelência, mas eu poderia fazer um pequeno comentário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) – O senhor está com a palavra, professor.

O SR. JOÃO ALBERTO DA CUNHA FILHO - Primeiro, quero dizer a vocês que nós só voltaremos para os nossos domicílios no sábado. Então, se por ventura alguém que não esteve aqui ou que, por algum motivo, quiser se encontrar amanhã à noite, o nosso amigo Guto é o comandante, podemos sentar, conversar, debater e trocar ideias. Então, fiquem à vontade, porque temos que viver o que pregamos. Foi dito aqui que não deveria terminar, então se vocês quiserem, estamos à disposição.

Quero dizer que é muito importante que vocês se capacitem nesse assunto. E eu indico para vocês duas literaturas: essa aqui é sobre a Escola de Frankfurt (*mostra o livro*), na verdade é sobre a nova esquerda, que é muito pior do que o marxismo. Isso aqui é algo luciferiano. Só para vocês terem uma ideia, ele diz assim em um pequeno trecho: "A vinculação de pensamento dos frankfurtianos com a nova esquerda e suas características mais salientes que tiveram aplicação fática ainda vigoram como: ideologia de gênero, feminismo radical, homossexualismo, politicamente correto, libertinagem sexual, destruição da família e da figura da autoridade, do ecologismo ou do ambientalismo" e por aí vai. Isso aqui é o que fundamenta toda essa parte educacional nossa. E este cidadão aqui, neste livro, fazendo uma releitura de Freud, pede para que as crianças sejam literalmente erotizadas.

Tivemos uma audiência pública lá em Brasília, Deputado, e contamos com a presença de Gustavo Gayer, de Nicolas Ferreira, de Carla Zambelli e do Deputado Federal Samuel. O pessoal realmente está à disposição, o Capitão Mauro foi quem fez a propositura, abrindo uma porta para que pudéssemos ajudar num PL que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para criminalizar esses materiais didáticos pornográficos. Então, isso é o que precisamos realmente fomentar.

E para finalizar mesmo, eu queria deixar um versículo. Está lá no livro de Neemias, no capítulo 4, versículo 14, que diz assim: "Eu vi que o povo estava preocupado e por isso disse a eles, às suas autoridades e aos seus oficiais: não tenham medo dos nossos inimigos. Lembrem-se como Deus é o Senhor, é grande e temível, e lute pelos seus filhos, suas filhas, suas casas e seus lares." Amém. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual André de Oliveira) - Obrigado pela contribuição, professor João Alberto.

Eu queria finalizar dizendo que estamos à disposição, independente do mandato, nos colocamos à disposição da Alexandra Guimarães para fiscalizar a escola – é uma escola estadual, não é? –, para irmos lá e contribuirmos no que for necessário. Na próxima segunda-feira irei à cidade de Ilhota, também numa escola estadual, para atender a uma denúncia de uma mãe, que fez um Boletim de Ocorrência, pois um



professor foi pego em flagrante cometendo assédio contra um menor. Esse professor foi afastado da escola, mas na semana seguinte já estava dentro da sala de aula dando aula de novo. E nós vamos lá conferir.

Nós vemos aqui, por exemplo, duas matérias desta semana no Jornal Razão: “Mãe chora e pede a prisão de pedófilo que abusou sua filha: não sei o que estão esperando”. E a segunda matéria, que chega a dar náuseas: “Pedófilo é preso e solto no mesmo dia: vídeos de bebês estuprados”. Esse tipo de absurdo está acontecendo no Brasil e nós não podemos nos calar.

Fica aqui o nosso compromisso. O nosso gabinete e este Parlamentar estão à disposição de vocês, está bom? Fica aqui o meu muito-obrigado a todos que passaram por aqui.

Eu quero agradecer ao excelentíssimo senhor 3º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Marcos da Rosa; à Vereadora do Município de Florianópolis, senhora Manu Vieira; ao senhor advogado e professor, neste ato representando a Confederação Nacional de Pais e Alunos, João Alberto; ao senhor membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, Gabriel Mendes; ao senhor coordenador de Pós-Graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, do Rio de Janeiro, Coronel Cláudio Titericz, e à senhora Delegada da Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos (Confenapais), senhora Adriana Marra. O meu muito-obrigado pela participação de todos.

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Marivânia Pizzi]*

**DEPUTADO ESTADUAL ANDRÉ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**